

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
DEPARTAMENTO DE TURISMO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**Alexandre Feliciano Resende da Silva  
Alexandrina Alves Silva**

**Pesca Esportiva no Vale do Araguaia (GO): Potencialidades para o Desenvolvimento  
Regional Sustentável**

Juiz de Fora  
2026

**Alexandre Feliciano Resende da Silva**  
**Alexandrina Alves Silva**

**Pesca Esportiva no Vale do Araguaia (GO): Potencialidades para o Desenvolvimento  
Regional Sustentável**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Especialização em Gestão Pública  
do Turismo e Desenvolvimento Regional da  
Universidade Federal de Juiz de Fora como  
requisito parcial para obtenção do título  
Especialista em Turismo.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Msc. Luciana Bittencourt Villela

Juiz de Fora  
2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva e Silva, Alexandre e Alexandrina.

Pesca Esportiva no Vale do Araguaia (GO) : Potencialidades para o Desenvolvimento Regional Sustentável / Alexandre e Alexandrina Silva e Silva. -- 2026.

51 p.

Orientadora: Luciana Villela

Coorientadores: Bárbara Moreira, Fernando Malhões Filho

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, CEAD- Centro de Educação à Distância. Especialização em Gestão Pública de Turismo e Desenvolvimento Regional, 2026.

1. pesca esportiva. 2. políticas públicas de turismo. 3. desenvolvimento regional sustentável. 4. Vale do Araguaia Goiás. I. Villela, Luciana, orient. II. Moreira, Bárbara, coorient. III. Malhões Filho, Fernando, coorient. IV. Título.

## RESUMO

Este estudo analisa os impactos pós-implementação das políticas públicas de fomento ao turismo por meio da pesca esportiva no Vale do Araguaia, no estado de Goiás, com ênfase nas ações de qualificação, promoção turística e realização de eventos, bem como suas contribuições para o desenvolvimento regional sustentável. A pesquisa adota abordagem quali-quantitativa, de caráter exploratório e descritivo, com aplicação de questionário eletrônico a 110 respondentes vinculados direta ou indiretamente à atividade, entre pescadores, turistas, guias, comerciantes, gestores públicos e outros atores locais. Os dados quantitativos foram tratados por estatística descritiva, enquanto as respostas abertas foram submetidas à análise temática de conteúdo. Os resultados indicam percepção majoritariamente positiva quanto aos efeitos das ações implementadas, sobretudo no aumento do fluxo turístico, na ampliação da visibilidade do destino, no fortalecimento da pesca esportiva como atividade turística e na valorização das comunidades locais e do território. Em contrapartida, persistem entraves relacionados à governança, à continuidade das ações, à infraestrutura turística, à qualificação profissional e à sustentabilidade ambiental. Conclui-se que a pesca esportiva apresenta potencial relevante como vetor de desenvolvimento regional sustentável no Vale do Araguaia, desde que articulada a mecanismos permanentes de governança, monitoramento socioambiental e fortalecimento institucional, de modo a evitar que seus efeitos se restrinjam à ativação econômica de curto prazo.

**Palavras-chave:** pesca esportiva; políticas públicas de turismo; desenvolvimento regional sustentável; Vale do Araguaia Goiás.

## ABSTRACT

This study analyzes the post-implementation impacts of public policies aimed at promoting tourism through sport fishing in the Araguaia Valley, state of Goiás, with emphasis on qualification, destination promotion and event-based actions, as well as their contributions to sustainable regional development. The research adopts a qualitative-quantitative, exploratory and descriptive approach, based on an online questionnaire answered by 110 participants directly or indirectly linked to the activity, including fishers, tourists, guides, local business owners, public managers and other stakeholders. Quantitative data were examined through descriptive statistics, while open-ended responses were analyzed using thematic content analysis. The findings reveal a predominantly positive perception regarding the implemented actions, especially in terms of increased tourist flow, greater destination visibility, strengthening of sport fishing as a tourism activity, and appreciation of local communities and territory. On the other hand, important challenges remain regarding governance, continuity of actions, tourism infrastructure, professional qualification and environmental sustainability. The study concludes that sport fishing holds significant potential as a driver of sustainable regional development in the Araguaia Valley, provided that it is supported by permanent governance arrangements, socio-environmental monitoring and institutional strengthening, thus preventing its effects from being limited to short-term economic activation.

**Keywords:** sport fishing; tourism public policies; sustainable regional development; Araguaia Valley Goiás.

## **Lista de Figuras**

Figura 1 – Gráfico referente às respostas da primeira pergunta da pesquisa

Figura 2 – Gráfico referente às respostas da segunda pergunta da pesquisa

Figura 3 – Gráfico referente às respostas da terceira pergunta da pesquisa

Figura 4 – Gráfico referente às respostas da quarta pergunta da pesquisa

## **Lista de Quadros**

Quadro 1 – Médias e percentual de concordância das questões afirmativas da pesquisa

Quadro 2 – Agrupamentos temáticos das limitações ao fortalecimento da pesca esportiva

Quadro 3 – Agrupamentos temáticos das contribuições da pesca esportiva para o futuro do Vale do Araguaia

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

APP – Área de Preservação Permanente  
ASA – American Sportfishing Association  
ESG – Environmental, Social and Governance  
EUA – Estados Unidos da América  
GO – Goiás  
GRI – Global Reporting Initiative  
IA – Inteligência Artificial  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGR – Instância de Governança Regional  
MTur – Ministério do Turismo  
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PNADC – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua  
PRT – Programa de Regionalização do Turismo  
RSC – Responsabilidade Social Corporativa  
SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso  
TWRA – Tocantins and Araguaia River Watershed Alliance  
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora  
UNWTO – World Tourism Organization

## SUMÁRIO

|                                                                                                                      |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b>                                                                                                 | <b>10</b> |
| <b>2. ASPECTOS METODOLÓGICOS</b>                                                                                     | <b>12</b> |
| <b>3. REFERENCIAL TEÓRICO</b>                                                                                        | <b>14</b> |
| 3.1. Políticas Públicas de Turismo e Desenvolvimento                                                                 | 14        |
| 3.2. Sustentabilidade e Desenvolvimento Regional no Turismo                                                          | 16        |
| 3.3. Pesca Esportiva como Segmento do Turismo de Natureza                                                            | 17        |
| <b>4. FOMENTO AO TURISMO POR MEIO DA PESCA ESPORTIVA NO VALE DO ARAGUAIA (GO)</b>                                    | <b>19</b> |
| 4.1. Região Turística do Vale do Araguaia (Apêndice A)                                                               | 19        |
| 4.2. O Circuito Gigantes do Araguaia enquanto política pública de fomento ao turismo de pesca esportiva              | 22        |
| 4.3. Resultados e Análises                                                                                           | 29        |
| 4.3.1. Impactos pós-implementação das ações de qualificação, promoção e eventos                                      | 33        |
| 4.3.2. Contribuições e limitações da pesca esportiva para o desenvolvimento regional sustentável no Vale do Araguaia | 35        |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                                                       | <b>37</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                                                   | <b>39</b> |
| <b>APÊNDICE A</b>                                                                                                    | <b>44</b> |
| <b>APÊNDICE B</b>                                                                                                    | <b>45</b> |
| <b>APÊNDICE C</b>                                                                                                    | <b>47</b> |
| <b>APÊNDICE D</b>                                                                                                    | <b>48</b> |
| <b>APÊNDICE E</b>                                                                                                    | <b>49</b> |

## INTRODUÇÃO

A pesca esportiva tem se consolidado como uma atividade estratégica no âmbito do turismo de natureza, especialmente em regiões com forte relação com os recursos hídricos e potencial para o desenvolvimento regional sustentável. No Vale do Araguaia, em Goiás, políticas públicas voltadas ao fomento do turismo regional passaram a incorporar a pesca esportiva como eixo estruturante, por meio de ações de qualificação dos atores locais, promoção do destino, preservação ambiental e realização de eventos temáticos.

Essas iniciativas buscaram fortalecer a economia local, valorizar o território e incentivar práticas sustentáveis associadas ao uso dos recursos naturais. Nesse contexto, o turismo de pesca esportiva emerge como uma alternativa capaz de articular conservação ambiental, geração de renda e desenvolvimento regional, desde que adequadamente planejado e gerido pelo poder público em parceria com os atores locais.

A região do Vale do Araguaia é uma das áreas mais simbólicas do Centro-Oeste brasileiro, caracterizada por sua ampla biodiversidade, potencial hídrico e relevância estratégica tanto para o agronegócio quanto para o turismo de natureza e pesca esportiva. O Rio Araguaia, eixo central da região, serve como uma divisa natural entre quatro estados brasileiros, Goiás e Tocantins pela margem direita e Mato Grosso e Pará. O Vale compreende as terras banhadas pelo rio e seus afluentes, estabelecendo fronteiras diretas entre Goiás, onde o rio nasce na Serra do Caiapó, na cidade de Mineiros e percorre grande parte de sua extensão fazendo divisa com o estado de Mato Grosso ao longo da margem esquerda do rio. Ao norte de Goiás, o Araguaia forma a Ilha do Bananal (a maior ilha fluvial do mundo) e segue fazendo a divisa natural entre os estados de Tocantins e Mato Grosso. (GOIÁS TURISMO, 2020.)

A bacia hidrográfica do Rio Araguaia possui dimensões continentais, com extensão de aproximadamente 2.115 km em seu leito e cerca de 385.000 km<sup>2</sup> (considerando a bacia total). Sua foz ocorre no encontro com o Rio Tocantins no "Bico do Papagaio", divisa entre os estados do Pará e Tocantins. A região é predominantemente coberta pelo Cerrado (cerca de 77%), com transições para a Floresta Amazônica (23%) em seu curso inferior ao norte. (GOIÁS TURISMO, 2020.)

O recorte territorial desta pesquisa limita-se aos municípios e atores da região do Vale do Araguaia no estado de Goiás, que estão diretamente envolvidos nas ações da política pública analisada, com ênfase no período pós-pandemia, considerando o debate contemporâneo sobre sustentabilidade, conservação ambiental e políticas públicas de turismo.

Em Goiás, a região é dividida administrativamente e turisticamente, compreendendo 12 e 6 municípios respectivamente. E de acordo com o Mapa do Turismo Brasileiro (2022-2025) - Apêndice A, que identifica a Região Turística Vale do Araguaia, serão abordados aqui as quatro cidades protagonistas no segmento de pesca esportiva: Aruanã, Britânia, Nova Crixás e São Miguel do Araguaia. (Apresentadas no Apêndice A)

A relevância do estudo justifica-se pela necessidade de se compreender os efeitos concretos das políticas de fomento ao turismo de pesca esportiva na Região do Vale do Araguaia, tanto do ponto de vista socioeconômico quanto ambiental. Faz-se fundamental para entender a transição de um modelo de exploração extrativista para um modelo de uso sustentável dos recursos naturais. Consiste também em uma forma de levantar dados e informações que servirão para o embasamento de projetos futuros e a melhor aplicação de recursos públicos na região.

Academicamente, a pesquisa contribui para o campo do turismo sustentável e da avaliação de políticas públicas, ao analisar uma experiência regional específica. Do ponto de vista prático, os resultados podem subsidiar o aprimoramento de políticas semelhantes e orientar ações futuras de planejamento turístico no Vale do Araguaia e em outros destinos com características similares.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar os impactos pós-implementação das políticas públicas de fomento ao turismo por meio da pesca esportiva no Vale do Araguaia, com foco nas ações de qualificação, promoção turística e realização de eventos, e suas contribuições para o desenvolvimento regional sustentável.

Para atingir o objetivo geral, esta pesquisa tem como objetivos específicos: (i) caracterizar as políticas públicas de fomento ao turismo por meio da pesca esportiva no Vale do Araguaia (GO), explicitando seus objetivos e principais ações na região, com ênfase nas frentes de qualificação, promoção turística e realização de eventos; (ii) analisar os impactos pós-implementação dessas ações sobre os atores locais e sobre a atividade de pesca esportiva, a partir das percepções dos respondentes; e (iii) identificar contribuições e limitações dessas políticas e ações para o desenvolvimento regional sustentável do Vale do Araguaia (GO).

Além desta introdução, o trabalho está organizado em quatro seções: a primeira apresenta os procedimentos metodológicos; a segunda reúne o referencial teórico sobre políticas públicas de turismo, pesca esportiva e desenvolvimento regional sustentável, fundamentado principalmente em autores como Beni (2019), ao tratar da estruturação do turismo, Dias (2003) e Sachs (2009), no debate sobre sustentabilidade, além das diretrizes da UNWTO (2004) e das contribuições de Gomes e Almeida (2021) acerca da pesca esportiva; a

terceira caracteriza o Vale do Araguaia (GO) e descreve o recorte analítico das políticas públicas e ações de fomento (qualificação, promoção e eventos); e, por fim, a quarta seção apresenta e discute os resultados, enfatizando os impactos pós-implementação percebidos pelos atores locais, bem como as contribuições e limitações para o desenvolvimento regional sustentável.

## **2. ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa foram definidos de modo a atender ao objetivo de analisar os impactos pós-implementação das políticas públicas de fomento ao turismo por meio da pesca esportiva na região do Vale do Araguaia (GO), com foco nas ações de qualificação, promoção turística e realização de eventos, bem como suas contribuições para o desenvolvimento regional sustentável. A escolha do método considerou a complexidade do objeto de estudo, que envolve dimensões institucionais, socioeconômicas e ambientais, além da necessidade de captar as percepções e avaliações dos atores locais envolvidos.

A pesquisa caracteriza-se como de abordagem quali-quantitativa, combinando dados numéricos e informações descritivas, o que possibilita uma compreensão mais abrangente do fenômeno investigado (MINAYO, 2014). A dimensão quantitativa permitiu mensurar tendências e percepções por meio de escalas padronizadas, enquanto a dimensão qualitativa contribuiu para o aprofundamento interpretativo das respostas abertas.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. É exploratória por buscar ampliar o conhecimento acerca dos efeitos das políticas públicas de fomento à pesca esportiva no contexto regional, tema ainda pouco sistematizado na literatura específica. É descritiva por objetivar caracterizar os impactos decorrentes da implementação dessas políticas na região estudada (GIL, 2008).

Como procedimento técnico, adotou-se o levantamento de dados por meio de questionário estruturado (Apêndice B) aplicado em formato eletrônico (*Google Forms*). O instrumento foi organizado em blocos temáticos alinhados aos objetivos da pesquisa, contemplando: (i) caracterização dos respondentes; (ii) conhecimento sobre as políticas públicas de fomento; (iii) avaliação das ações de qualificação, promoção turística e eventos; e (iv) identificação de contribuições e limitações para o desenvolvimento regional sustentável.

As questões fechadas foram estruturadas predominantemente com base em escalas do tipo *Likert*<sup>1</sup>, possibilitando a mensuração do grau de concordância ou discordância dos

---

<sup>1</sup> Método de pesquisa que permite medir o nível de concordância (zero) ou satisfação (cinco) com uma afirmação

respondentes. As questões abertas permitiram o aprofundamento qualitativo das análises. Os dados quantitativos foram tratados por meio de estatística descritiva, com cálculo de frequências e medidas de tendência central, enquanto os dados qualitativos foram analisados de forma interpretativa, em diálogo com o referencial teórico adotado, conforme orientam Lakatos e Marconi (2017).

O universo da pesquisa compreende atores vinculados direta ou indiretamente à pesca esportiva e ao turismo no Vale do Araguaia (GO), incluindo pescadores/turistas, guias de pesca e pescadores profissionais, comerciantes e prestadores de serviços turísticos (hospedagem, alimentação, transporte), além de gestores públicos e profissionais correlatos. A amostra é não probabilística, selecionada por conveniência e bola de neve, uma vez que o acesso aos respondentes dependeu de redes de contato locais e de grupos diretamente relacionados à atividade, estratégia adequada a contextos em que não há base censitária consolidada do público-alvo.

A coleta ocorreu entre 25/02/2026 e 01/03/2026 via grupos de *WhatsApp*, totalizando 110 respondentes. Foram incluídos respondentes que declararam algum tipo de relação com a pesca esportiva ou com a cadeia do turismo no território e que concluíram o questionário eletrônico com respostas válidas. Foram excluídas respostas duplicadas identificáveis e/ou questionários incompletos (quando inviabilizassem a análise das seções centrais do instrumento).

Os dados quantitativos foram tratados por estatística descritiva (frequências, médias e distribuição das avaliações em escala *Likert*), de modo a sintetizar tendências gerais e comparar padrões entre perfis de respondentes. Para as respostas abertas, adotou-se análise temática de conteúdo, com leitura flutuante, codificação e categorização por núcleos de sentido, seguida de interpretação à luz do referencial teórico. O uso combinado de técnicas quantitativas e qualitativas permite triangulação e aprofundamento interpretativo, ampliando a compreensão dos impactos percebidos no pós-implementação das ações públicas investigadas.

Como apoio complementar ao tratamento e à organização dos dados, foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial em etapas específicas da pesquisa. O *ChatGPT 5.4* foi empregado no agrupamento e na sistematização das respostas obtidas no instrumento de pesquisa. O *Claude Sonnet 4.6* foi utilizado na elaboração do quadro-resumo com os indicadores de impacto econômico e turístico do Circuito Gigantes do Araguaia (2025), apresentado no Apêndice C, bem como na construção do Quadro 3, referente à estrutura ESG<sup>2</sup> do Circuito Gigantes do Araguaia, constante no Apêndice E. Já o *Manus 1.6 Lite* foi utilizado

---

<sup>2</sup> ESG (*Environmental, Social, and Governance*), representa os pilares ambiental, social e de governança.

para a elaboração do Quadro 2 – Dashboard Executivo Circuito Gigantes do Araguaia 2022–2025, apresentado no Apêndice D. Ressalta-se que o uso dessas ferramentas teve caráter instrumental e auxiliar, voltado à organização, sistematização e apresentação das informações, cabendo aos autores a análise crítica, a interpretação dos dados e a redação final do trabalho.

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1. Políticas Públicas de Turismo e Desenvolvimento**

As políticas públicas podem ser compreendidas como o conjunto de decisões, ações e omissões do Estado voltadas à resolução de problemas públicos e à promoção do bem-estar coletivo. Para Secchi (2013), as políticas públicas envolvem processos complexos de formulação, implementação e avaliação, influenciados por múltiplos atores e contextos institucionais. No campo do turismo, essas políticas desempenham papel estratégico ao orientar o planejamento territorial e estimular investimentos.

Beni (2019) destaca que as políticas públicas de turismo devem ser concebidas de forma integrada ao desenvolvimento regional, considerando as especificidades da região, a participação dos atores locais e a sustentabilidade das atividades turísticas. Nesse sentido, o turismo pode atuar como indutor de desenvolvimento econômico e social, promovendo a geração de emprego e renda.

Boisier (2001) ressalta que o desenvolvimento regional é resultado da articulação entre recursos locais, capital social, governança e políticas públicas eficazes, não ocorrendo de forma homogênea na região. Assim, políticas públicas voltadas ao turismo devem reconhecer as singularidades regionais e valorizar os ativos territoriais, como a qualidade das águas do Rio Araguaia, que está diretamente relacionada à sua piscosidade.

As políticas públicas de turismo podem ser entendidas como o conjunto de decisões, normas, programas e instrumentos por meio dos quais o Estado regula e induz a atividade turística em uma região, articulando objetivos econômicos, sociais, ambientais e institucionais (BENI, 2007). No campo do desenvolvimento regional, o turismo costuma ser mobilizado como estratégia de dinamização econômica e diversificação produtiva; porém, seus resultados dependem da qualidade do arranjo institucional, da coordenação entre atores e da capacidade de promover benefícios distribuídos de maneira mais equitativa e duradoura (SACHS, 2004; SEN, 2000). Em destinos de natureza, essa discussão ganha centralidade porque a atratividade

depende diretamente do território e de seus recursos, exigindo planejamento, regulação e capacidade de gestão do destino (HALL, 2008).

Para aprofundar a compreensão das políticas públicas, é útil mobilizar a abordagem do ciclo de políticas, que organiza a análise em fases interligadas de formulação, implementação e avaliação (HOWLETT; RAMESH, 2003). Na formulação, definem-se problemas públicos, objetivos e instrumentos, sendo uma etapa marcada por disputas de agenda e escolhas sobre prioridades (SOUZA, 2006; HALL, 2008). Na implementação, o desenho da política se transforma em ação concreta (projetos, qualificação, promoção, fiscalização, infraestrutura), e é nessa fase que frequentemente se observam desvios entre o planejado e o executado, em razão de limitações institucionais, descontinuidade administrativa e baixa coordenação intersetorial (HALL, 2008; BRAMWELL; LANE, 2000). Já a avaliação examina resultados e impactos, produzindo evidências para correções de rota e aprendizado institucional, o que se torna especialmente relevante quando a política envolve uso de recursos naturais e potenciais conflitos entre atores (HOWLETT; RAMESH, 2003; SOUZA, 2006).

A complexidade do turismo como atividade territorial reforça a importância da governança turística. O debate sobre governança reconhece que decisões e resultados não dependem apenas do Estado, mas também de redes e interdependências entre poder público, setor privado e sociedade civil (RHODES, 1996; MILANI, 2008). No turismo, a governança refere-se aos mecanismos e processos que coordenam atores, pactuam regras, organizam responsabilidades e viabilizam monitoramento do destino (DREDGE; JENKINS, 2007; HALL, 2008; BEAUMONT; DREDGE, 2010). Essa coordenação é decisiva quando se busca sustentabilidade, pois parcerias e arranjos colaborativos tendem a elevar a capacidade de implementação e reduzir conflitos (BRAMWELL; LANE, 2000).

A participação social integra essa lógica de governança, porque a legitimidade e a efetividade das políticas dependem do envolvimento real das comunidades e atores locais nas decisões e no acompanhamento dos resultados (DREDGE; JENKINS, 2007; HALL, 2008). Contudo, a literatura aponta que a “participação” pode variar desde mecanismos simbólicos (consulta sem influência real) até processos nos quais há efetiva redistribuição de poder e controle social, conforme demonstrado por Arnstein (1969) e aprofundado por Cornwall (2008). Assim, políticas de turismo voltadas ao desenvolvimento regional sustentável exigem arenas de pactuação contínuas (conselhos, fóruns e instâncias regionais), com regras, representatividade e transparência.

À luz dessas abordagens, o caso do Vale do Araguaia (GO) é analisado como um contexto em que instrumentos de fomento ao turismo, como qualificação, promoção e

eventos, podem dinamizar a economia local, mas também demandam governança, participação social e capacidade de avaliação para assegurar sustentabilidade. Essa base teórica permite, na sequência, discutir sustentabilidade como critério avaliativo das políticas e, posteriormente, caracterizar a pesca esportiva como segmento do turismo de natureza no território.

### **3.2. Sustentabilidade e Desenvolvimento Regional no Turismo**

O desenvolvimento sustentável pressupõe a conciliação entre crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Para Sachs (2009), trata-se de um conceito multidimensional que integra aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais e institucionais.

Brandão (2007) destaca que o desenvolvimento regional sustentável depende da capacidade dos territórios de construir estratégias endógenas, baseadas na valorização dos recursos locais e na participação dos atores sociais. No turismo, isso implica planejamento participativo e gestão integrada.

Aplicada à pesca esportiva, a sustentabilidade envolve práticas responsáveis, conservação dos ecossistemas aquáticos e fortalecimento das cadeias produtivas locais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações residentes (Dias, 2003).

O debate sobre sustentabilidade no turismo parte do reconhecimento de que a atividade pode gerar oportunidades econômicas e sociais, mas também intensificar pressões sobre ecossistemas e comunidades quando ocorre sem planejamento, regulação e governança. Por isso, a sustentabilidade tem sido tratada como elemento estruturante do desenvolvimento regional: envolve dimensões econômica, social, ambiental e institucional, com foco na distribuição de benefícios, na justiça territorial e na capacidade de permanência dos recursos que sustentam o turismo (SACHS, 2004; SEN, 2000; UNWTO, 2004).

Nessa perspectiva, os indicadores de sustentabilidade são ferramentas centrais para traduzir fenômenos complexos em medidas observáveis, apoiando decisões, diagnósticos e comparações ao longo do tempo. No turismo, indicadores permitem acompanhar dimensões como pressão sobre recursos naturais, gestão de resíduos, qualidade ambiental, satisfação do visitante, benefícios econômicos locais, qualidade do trabalho e impactos socioculturais (UNWTO, 2004). Para o desenvolvimento regional, recomenda-se combinar indicadores quantitativos (fluxo turístico, renda, empregos, investimentos, capacidade de serviços) e qualitativos (percepções locais, conflitos, qualidade da governança), de modo a captar efeitos distributivos e territoriais.

Além do planejamento, a sustentabilidade pode ser aplicada como critério de avaliação de políticas públicas de turismo, examinando se ações e programas produzem benefícios duradouros sem comprometer recursos naturais e socioculturais. Avaliar políticas públicas implica ir além de resultados imediatos, incorporando impactos, externalidades e capacidade de manutenção dos ganhos ao longo do tempo (SOUZA, 2006; HOWLETT; RAMESH, 2003). Assim, critérios como efetividade, equidade, coerência intersetorial, resiliência institucional e integridade socioambiental ajudam a analisar se instrumentos de fomento (qualificação, promoção, eventos) geram desenvolvimento sustentável ou apenas ativação econômica de curto prazo (HALL, 2008; DREDGE; JENKINS, 2007).

O monitoramento de impactos socioambientais é a dimensão operacional que transforma sustentabilidade em prática de gestão. Ao acompanhar indicadores continuamente, torna-se possível identificar riscos, corrigir rumos e orientar ações preventivas. Em destinos associados a rios e pesca esportiva, o monitoramento pode incluir qualidade da água, presença de resíduos, integridade de habitats aquáticos, pressão sobre estoques pesqueiros, ocorrência de pesca ilegal, além de variáveis sociais como conflitos de uso, percepção de moradores e qualidade do emprego turístico (UNWTO, 2004; SACHS, 2004). A efetividade do monitoramento tende a aumentar quando integrado à governança, com participação de órgãos públicos, setor privado e comunidades, reforçando transparência e capacidade de resposta (HALL, 2008; DREDGE; JENKINS, 2007).

Ao estabelecer sustentabilidade como critério de avaliação e defender o uso de indicadores e monitoramento, cria-se a base para discutir, na próxima seção, a pesca esportiva como segmento do turismo de natureza, destacando suas especificidades, cadeia produtiva, marco regulatório, conflitos potenciais e relação com conservação, elementos essenciais para analisar o Vale do Araguaia (GO).

### **3.3. Pesca Esportiva como Segmento do Turismo de Natureza**

A pesca esportiva pode ser compreendida como um segmento do turismo de natureza que combina experiência em ambientes naturais, prática esportiva e consumo de serviços turísticos. Para situar esse segmento, é relevante iniciar pela noção de segmentação de mercado, entendida como a divisão do mercado em grupos homogêneos de consumidores com motivações e comportamentos semelhantes, o que permite estruturar produtos e estratégias de promoção de modo mais eficiente (KOTLER; KELLER, 2012). No turismo, a segmentação organiza a oferta e favorece a competitividade do destino, sobretudo em contextos onde o território e a experiência são o principal “produto” (BENI, 2007; BRASIL, 2010).

Arlinghaus et al. (2016) destaca que a pesca esportiva, quando associada a práticas de manejo sustentável, pode contribuir para a conservação dos estoques pesqueiros e para a sensibilização ambiental dos praticantes, especialmente por meio de princípios como o pesque-e-solte e a educação ambiental. Além disso, a pesca esportiva pode dinamizar economias locais ao demandar serviços turísticos especializados, contribuindo para a diversificação da oferta e para a redução da sazonalidade dos destinos (Beni, 2019).

No Brasil, a pesca esportiva caracteriza-se como atividade realizada por lazer e esporte, sem finalidade comercial do pescado, mobilizando deslocamentos turísticos e contratação de serviços no destino (BRASIL, 2009; BENI, 2007). Como produto turístico, pode incluir diferentes modalidades (embarcada, de barranco, iscas artificiais, competições), sendo frequentemente associada à busca por paisagens fluviais, aventura e contato com a natureza. Esse perfil reforça a dependência do segmento em relação à qualidade ambiental do corpo hídrico e à capacidade local de estruturação do destino (UNWTO, 2004; HALL, 2008).

O marco regulatório é elemento central para ordenar a atividade e reduzir pressões sobre espécies e habitats. Em âmbito federal, a Lei nº 11.959/2009 estabelece diretrizes para a política nacional de pesca e reconhece a pesca amadora, orientando regulação e licenciamento (BRASIL, 2009). Em Goiás, a Lei nº 17.985/2013 (Cota Zero) e normas complementares reforçam a lógica do pesque-e-solte e restringem o transporte de peixes nativos, conectando conservação à sustentabilidade do turismo associado à pesca (GOIÁS, 2013). Essa base normativa é especialmente relevante para o Vale do Araguaia, pois vincula a atratividade do destino à manutenção dos estoques pesqueiros e à integridade ecológica do rio.

A pesca esportiva mobiliza uma cadeia produtiva diretamente conectada ao turismo: transporte, logística e combustíveis; hospedagem e alimentação; serviços especializados (guias/condutores/piloteiros); equipamentos, manutenção de embarcações e comércio associado; além de comunicação e promoção do destino (BENI, 2007). Eventos e circuitos podem intensificar esses efeitos ao concentrar demanda e ampliar a visibilidade do destino, mas também aumentam a necessidade de infraestrutura e gestão para evitar sobrecargas e impactos (UNWTO, 2004; HALL, 2008).

Em territórios onde o rio é base ecológica e econômica, emergem conflitos socioambientais relacionados ao uso dos recursos hídricos, especialmente quando há usos múltiplos e assimetrias de poder (BORDALO, 2017). Esses conflitos podem envolver disputas entre modalidades de pesca, pressões associadas à poluição e resíduos, percepções de injustiça na fiscalização e tensões sobre acesso a áreas de pesca (DE PAULA, 2018; HALL, 2008). Por isso, a governança e a participação social são decisivas para pactuar regras e

reduzir tensões, evitando que o fomento ao turismo amplifique conflitos já existentes (ARNSTEIN, 1969; CORNWALL, 2008).

Por fim, a relação entre pesca esportiva e conservação é frequentemente discutida a partir da ideia de que a atividade depende de ecossistemas preservados e estoques perenes, sendo o pesque-e-solte um elemento-chave para reduzir pressão extrativista e sustentar a lógica do “ativo vivo” (BRAMWELL; LANE, 2000; UNWTO, 2004); ou seja, a piscosidade do Rio Araguaia e sua biodiversidade preservada.

Estudos permitem mensurar como o peixe mantido vivo (pesque e solte) gera mais valor econômico ao longo do tempo do que sua captura para consumo imediato, transformando a percepção cultural da comunidade local sobre o recurso.

Entretanto, benefícios ambientais não são automáticos, dependem de: marco regulatório efetivo, fiscalização, educação ambiental, infraestrutura (saneamento e resíduos) e monitoramento de impactos, integrados à governança do destino (HALL, 2008; DREDGE; JENKINS, 2007; UNWTO, 2004).

Com essa base conceitual e normativa, a seção seguinte caracteriza o Vale do Araguaia (GO) como território de pesca esportiva e explicita as políticas e instrumentos de fomento que incidem sobre a atividade, preparando a análise dos resultados da pesquisa.

#### **4. FOMENTO AO TURISMO POR MEIO DA PESCA ESPORTIVA NO VALE DO ARAGUAIA (GO)**

##### **4.1. Região Turística do Vale do Araguaia (Apêndice A)**

A bacia do rio Araguaia, inserida no bioma Cerrado, é reconhecida por sua relevância ecológica e por abrigar ecossistemas fluviais essenciais à reprodução de peixes migratórios. O Vale do Araguaia localiza-se na região Centro-Oeste do Brasil, abrangendo áreas dos estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará, sendo que o presente estudo se concentra na porção goiana da região. Inserido majoritariamente na mesorregião Noroeste Goiano, o território é marcado pela presença do rio Araguaia como elemento estruturador da paisagem, influenciando dinâmicas ambientais, econômicas e turísticas. Entretanto, esses processos naturais vêm sendo comprometidos pela fragmentação dos cursos d'água, causada principalmente pela expansão da fronteira agrícola, pela instalação de pequenas centrais hidrelétricas e pelo desmatamento das matas ciliares (BARBOSA et al., 2019). Segundo os autores, “as principais espécies cobiçadas pela pesca esportiva no Araguaia[...] exigem longos trechos fluviais livres de obstáculos para completar seu ciclo reprodutivo, condição cada vez

mais ameaçada” (BARBOSA et al., 2019, p. 5). Essa degradação ecológica coloca em risco não apenas a biodiversidade local, mas também a própria viabilidade da pesca esportiva como atividade de longo prazo.

O Vale do Araguaia (GO) configura-se como uma região estratégica para o turismo de natureza, tendo o Rio Araguaia como ativo ambiental, paisagístico e cultural que estrutura práticas de lazer, pesca e experiências turísticas. A região apresenta forte sazonalidade e dinâmicas econômicas associadas ao ciclo do rio, o que reforça a necessidade de compreender o turismo como fenômeno territorial e sistêmico, composto por infraestrutura, serviços, atores locais, regras de uso dos recursos e capacidade de governança (BENI, 2007; HALL, 2008). Nesse quadro, as potencialidades da pesca esportiva para o desenvolvimento regional sustentável dependem de como o destino organiza sua oferta, distribui benefícios e controla impactos socioambientais.

Paralelamente, o Vale do Araguaia tem sido palco de intensas disputas pelo uso dos recursos hídricos. Conforme Gomes e Almeida (2021), a região enfrenta “conflitos pelo uso da água, em que a expansão da fronteira agrícola, a instalação de hidrelétricas e as atividades pesqueiras, tanto artesanal quanto esportiva, competem por um mesmo ambiente já fragilizado” (p. 122). Nesse contexto, a pesca esportiva no Rio Araguaia insere-se em uma rede complexa de interesses, na qual os usos produtivistas frequentemente prevalecem sobre os recreativos ou conservacionistas, evidenciando lacunas na governança ambiental e na fiscalização das atividades pesqueiras. (GOMES, ALMEIDA, 2021)

A bacia do Rio Araguaia é palco de uma complexa disputa pelo uso da água, onde diferentes setores econômicos e sociais competem por um recurso cada vez mais pressionado. A pesca esportiva, embora apresentada como uma atividade de baixo impacto e alto valor agregado, encontra-se inserida em um cenário de correlação de forças desigual. (GOMES; ALMEIDA, 2021)

Considerado a "nova fronteira agrícola" de Goiás e do Centro-Oeste, a região enfrenta uma sobreposição de demandas que fragiliza o ecossistema com a expansão da fronteira agrícola, uma vez que o agronegócio demanda grandes volumes de água para irrigação, que podem comprometer a vazão do rio em períodos críticos de seca. (GOMES, ALMEIDA, 2021.)

Historicamente marcada pela pecuária extensiva e pelo turismo contemplativo, a região do Vale do Araguaia atravessa uma transformação radical em sua paisagem e dinâmica econômica. O avanço da fronteira agrícola, impulsionado pelo crescimento exponencial das culturas de soja e milho, reconfigura o uso do solo e intensifica as pressões sobre os recursos

hídricos; o que antes eram pastagens degradadas ou áreas de vegetação nativa está sendo rapidamente convertido em lavouras mecanizadas de alta produtividade. (ALVES; FERREIRA, 2021.)

O avanço das lavouras sobre as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e a substituição da vegetação nativa trazem impactos diretos para o ecossistema aquático. A retirada da mata ciliar e o manejo inadequado do solo levam ao assoreamento dos rios e à contaminação das águas por agrotóxicos e fertilizantes, afetando a qualidade da água e a saúde dos peixes. Além disso, a alteração do pulso hídrico e a degradação das margens destroem locais de desova e alimentação, reduzindo os estoques pesqueiros que sustentam a pesca esportiva. (GOIÁS TURISMO, 2020).

Assim, enquanto a pesca esportiva depende de um "rio vivo" e preservado para atrair turistas, o modelo de agronegócio predominante foca na produtividade de curto prazo, muitas vezes negligenciando as externalidades ambientais que fragilizam o turismo sustentável.

Esta expansão da fronteira agrícola no Vale do Araguaia é um fenômeno de escala monumental que traz riqueza econômica, mas impõe desafios severos à governança ambiental. É imprescindível a compreensão desse crescimento exponencial para que se possa buscar um equilíbrio entre a produção de commodities e a preservação dos recursos hídricos, garantindo que a pesca esportiva e outras atividades conservacionistas não sejam sufocadas pelo avanço das lavouras. (GOIÁS TURISMO, 2020.)

Apesar desses desafios, a pesca esportiva representa uma importante fonte de renda para comunidades locais do Vale do Araguaia goiano. Municípios como: Aruanã, Britânia (distrito de Itacaiú), Nova Crixás (distrito de Bandeirantes) e São Miguel do Araguaia (distrito de Luiz Alves), têm na atividade seu principal atrativo turístico, com hotéis, pousadas, guias e serviços associados formando uma rede econômica dependente da qualidade ambiental dos rios. Contudo, Carvalho et al. (2022) destacam que “essa dinâmica ocorre de forma dispersa e sem integração com estratégias de gestão ambiental ou planejamento turístico” (p. 15). Esta ausência de políticas públicas específicas impede que os benefícios econômicos se traduzam em conservação efetiva dos ecossistemas fluviais.

A pesca esportiva, vinculada à pesca amadora, caracteriza-se como prática de lazer e esporte sem finalidade comercial do pescado, mobilizando deslocamento de visitantes e consumo de serviços no destino (BRASIL, 2009; BENI, 2007). No Vale do Araguaia, ela aciona uma cadeia produtiva local (guias/condutores/piloteiros, transporte e logística, hospedagem, alimentação, comércio e serviços complementares), com potencial de geração de renda, empregos e estímulo ao empreendedorismo. Contudo, a consistência desse potencial

está associada à qualificação dos atores locais, à capacidade de atendimento e à existência de governança para reduzir conflitos e ordenar o uso do recurso hídrico (BRAMWELL; LANE, 2000; DREDGE; JENKINS, 2007).

No que se refere às políticas públicas instituídas, a pesca esportiva no recorte do Vale do Araguaia é influenciada por marcos em diferentes escalas. Em âmbito federal, a Lei nº 11.959/2009 estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável da pesca e reconhece a pesca amadora, sustentando instrumentos de regulação e licenciamento (BRASIL, 2009). Em Goiás, destaca-se a Lei nº 17.985/2013 (Cota Zero), que restringe o transporte de peixes nativos e reforça o pesque-e-solte como estratégia de conservação associada ao turismo (GOIÁS, 2013), além da Instrução Normativa SEMAD nº 02/2020, que regulamenta aspectos operacionais e reforça o papel do poder público ambiental na normatização e fiscalização (GOIÁS, 2020). Esse conjunto normativo estrutura condições para que a pesca esportiva se desenvolva com base em conservação, desde que haja implementação efetiva, fiscalização e educação ambiental.

Além do marco regulatório, o fomento ao turismo por meio da pesca esportiva no território envolve instrumentos indutores, com destaque para ações de promoção e realização de eventos. Nesse contexto, torneios de pesca esportiva se apresentam como mecanismos de ativação territorial e atuam, simultaneamente, como produto turístico e estratégia de promoção do destino, articulando atores públicos e privados, ampliando a visibilidade e mobilizando a cadeia local de serviços. Entretanto, a sustentabilidade dos efeitos gerados por esses instrumentos depende da governança do destino, de infraestrutura e de monitoramento de impactos, especialmente em contextos de sazonalidade e pressões ambientais (HALL, 2008; DREDGE; JENKINS, 2007; HOWLETT; RAMESH, 2003; UNWTO, 2004).

#### **4.2 O Circuito Gigantes do Araguaia enquanto política pública de fomento ao turismo de pesca esportiva**

A pesca esportiva no Vale do Araguaia, em Goiás, vem sendo reconhecida como um importante vetor de desenvolvimento regional sustentável, especialmente por integrar turismo de natureza, geração de renda local e práticas ambientais responsáveis. O rio Araguaia e seus afluentes constituem um dos principais destinos de pesca esportiva do Centro-Oeste brasileiro, atraindo visitantes de diversas regiões do país interessados em espécies de grande porte e alto valor simbólico para a modalidade, como piraíba, pirarara, pintado, entre outras. Essa vocação natural posiciona a região como um polo estratégico para o turismo de natureza no Brasil (MTUR, 2025).

Pondera-se ainda que o turismo em Goiás tem apresentado crescimento expressivo e consolidado sua relevância como vetor de desenvolvimento econômico regional. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam que a receita das atividades turísticas no estado cresceu 12,0% em 2024, enquanto o volume de atividades turísticas avançou 15,5% na comparação anual, desempenho superior à média nacional. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC Turismo), o fluxo de visitantes também apresentou expansão significativa, passando de 458 mil viagens em 2021 para cerca de 850 mil em 2023, um crescimento de 85,6%, posicionando Goiás como o 8º destino mais procurado do país. Esse desempenho gera impactos diretos na economia estadual, evidenciados pela arrecadação de aproximadamente R\$253,2 milhões em ICMS provenientes da atividade turística em 2023, segundo a Secretaria da Economia do Estado de Goiás.

A partir do entendimento das necessidades locais e do levantamento de dados socioeconômicos, percebeu-se a oportunidade que se apresentava evidente para a atuação do poder público em posicionar e divulgar os destinos turísticos do Vale do Araguaia. Foram pensadas ações específicas para a região em discussão com os municípios e a iniciativa privada que embasaram a instituição de uma política pública capaz de promover o desenvolvimento regional.

Nesse contexto, a Agência Estadual de Turismo - Goiás Turismo tem adotado estratégias de promoção baseadas nos eixos de infraestrutura, qualificação e promoção turística, com destaque para o apoio a eventos como instrumento de dinamização dos destinos. Entre esses, sobressai o segmento da pesca esportiva que apresenta elevado potencial de crescimento, considerando que a atividade reúne mais de 8 milhões de praticantes no Brasil, podendo movimentar cerca de R\$ 3 bilhões anuais, além de gerar aproximadamente 200 mil empregos diretos e indiretos no país, conforme o Boletim de Inteligência de Mercado do Turismo de Pesca, do Ministério do Turismo.

Vale ressaltar que a pesca esportiva possui forte referência internacional, o que representa uma excelente oportunidade para o setor de turismo do Brasil que possui a maior biodiversidade do planeta com mais de 5 mil espécies de peixes, a maior concentração de água doce do mundo e mais de 7000 km de costa litorânea. (BRASIL, 2021).

E, para efeitos comparativos, mais de 54 milhões de norte-americanos praticam pesca recreativa, gerando impacto econômico superior a US\$230 bilhões por ano na economia dos Estados Unidos da América, segundo o relatório da *American Sportfishing Association* (ASA).

Amparado pela Lei Estadual nº 400/2015 (Lei da Cota Zero), que incentiva o modelo de “pesque e solte”, o estado de Goiás tem buscado se posicionar entre os principais destinos do segmento no país com políticas públicas de fomento que compreendem o apoio a torneios de pesca esportiva e a participação em eventos nacionais com o intuito de promover os destinos da região e contribuir para ampliar o fluxo turístico no Vale do Araguaia, além de estimular investimentos na cadeia produtiva do turismo e fortalecer estratégias de desenvolvimento regional sustentável.

Neste contexto, a política pública de fomento ao turismo por meio da pesca esportiva encontrou no apoio aos torneios uma forma de atuar diretamente nos destinos, implementando conceitos de conservação e preservação do meio ambiente, construindo relações de governança com as comunidades locais e promovendo os atrativos turísticos nacionalmente. Assim, o apoio governamental ao Circuito Gigantes do Araguaia contribui para ampliar o fluxo turístico no Vale do Araguaia, aumentar a ocupação hoteleira e estimular investimentos em serviços turísticos, consolidando a pesca esportiva como instrumento de desenvolvimento regional sustentável.

O Circuito Gigantes do Araguaia (Apêndice C) constitui um objeto empírico de grande riqueza analítica, que permite confrontar os construtos teóricos desenvolvidos nos capítulos anteriores com a complexidade das práticas concretas de turismo, governança e sustentabilidade no Vale do Araguaia. O Circuito é uma iniciativa que ultrapassa a realização de uma competição esportiva isolada, assumindo caráter estratégico ao articular diferentes dimensões do desenvolvimento turístico regional; e consolidou-se como evento central da pesca esportiva na região do Vale do Araguaia, em Goiás, com crescimento de participação, premiações e impacto econômico, ao mesmo tempo em que incorpora ações socioambientais e mecanismos de valorização territorial.

Por ser uma política pública voltada ao fomento do turismo, sua materialização não se restringe ao torneio em si, mas se desenvolve por meio de três frentes complementares: a realização do evento, a qualificação da atividade turística e a promoção do destino. Essa articulação permite compreender o Gigantes do Araguaia não apenas como uma agenda esportiva, mas como instrumento de indução econômica e de fortalecimento da cadeia produtiva do turismo no território.

O circuito é, simultaneamente, um produto turístico bem-sucedido e um instrumento de política pública não formalizado. Ao operar como vetor de implementação da Lei da Cota Zero, como plataforma de articulação entre atores da cadeia produtiva local e como instrumento de marketing territorial do destino Araguaia, o evento exerce funções que vão

muito além do âmbito de uma competição esportiva, o que justifica e demanda uma relação mais estruturada com os instrumentos formais de governança regional.

O Circuito Gigantes do Araguaia é um torneio de pesca esportiva competitiva organizado em formato de circuito multi etapas distribuídas em diferentes localidades do Vale do Araguaia goiano, o que amplia o alcance territorial de seus efeitos e favorece a circulação de visitantes entre municípios e distritos ribeirinhos. Essa dinâmica contribui para descentralizar os benefícios da atividade e fortalecer a integração regional em torno da pesca esportiva. Sua configuração atual compreende etapas distribuídas por distintos municípios e distritos ribeirinhos, incluindo Aruanã, Britânia (Itacaiú), Nova Crixás (Bandeirantes), São Miguel do Araguaia (Luiz Alves), além de influenciar outros da região, o que lhe confere uma dimensão territorial que transcende o caráter pontual de um evento localizado e o aproxima do conceito de Circuito Turístico proposto pelo Ministério do Turismo: uma unidade de planejamento que articula destinos complementares em torno de um produto turístico comum, potencializando os efeitos econômicos e a visibilidade do território como um todo (MTur, 2010; BENI, 2007).

Além do impacto econômico direto, o Circuito Gigantes do Araguaia exerce função estratégica de promoção como instrumento de marketing territorial do destino Araguaia goiano. As parcerias estabelecidas com canais especializados de comunicação, especialmente a Fish TV, com audiência estimada em 7 milhões de espectadores, e programas como Coração de Pescador, Minuto da Pesca e Pesca Profissa, conferem ao evento uma visibilidade nacional que transcende amplamente o alcance dos participantes diretos. A esses veículos midiáticos somam-se ações de influência digital com criadores de conteúdo especializados em pesca, cujo alcance junto ao público-alvo da pesca esportiva é crescente.

Essa função de marketing territorial é, do ponto de vista das políticas públicas, uma das contribuições mais valiosas do circuito: ela produz externalidades positivas para todo o setor de turismo de pesca do Vale do Araguaia, beneficiando pousadas, guias e municípios que não participam diretamente da organização do evento. Trata-se do fenômeno que a teoria dos clusters turísticos designa como “efeito de aglomeração”: a presença de um produto turístico de referência eleva a atratividade do destino como um todo, gerando benefícios coletivos que superam os benefícios privados capturados pelos organizadores (PORTER, 1990; BENI, 2007). Essa característica justifica o apoio do poder público ao circuito não como subsídio a uma iniciativa privada específica, mas como investimento em um bem público territorial de cujo retorno toda a cadeia produtiva local se beneficia.

Ao longo de quatro anos de realização, percebe-se a consolidação do Circuito como referência nacional na pesca esportiva competitiva, conforme demonstra o quadro do Apêndice D. Resultado de um processo deliberado de qualificação do produto turístico, que combina três estratégias convergentes: a diferenciação pela sustentabilidade, por meio da adoção obrigatória da prática do pesque-e-solte em todas as etapas e do fortalecimento ativo da Lei da Cota Zero; a ampliação da visibilidade midiática, por meio de parcerias com canais especializados de alcance nacional; e a diversificação do formato competitivo, com a criação de categorias exclusivas para mulheres (Rainhas do Araguaia), previstas para 2026, e a expansão geográfica para novos destinos. Essa combinação de diferenciação, visibilidade e diversificação configura uma estratégia de posicionamento de destino que encontra respaldo na literatura sobre marketing territorial e competitividade de destinos turísticos (RITCHIE; CROUCH, 2003; BENI, 2007).

Do ponto de vista da governança, o circuito opera como uma plataforma de articulação entre atores heterogêneos: competidores oriundos de grandes centros urbanos, turistas regionais, empreendedores locais (pousadeiros, guias, restaurantes), poder público municipal e estadual, patrocinadores privados, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil. Essa multiplicidade de atores, com interesses e recursos distintos, é exatamente o que torna o circuito analiticamente relevante: ele condensa, em escala observável, as dinâmicas de cooperação, negociação e conflito que caracterizam a governança turística no território do Araguaia.

A segunda dimensão diz respeito à qualificação. Nesse caso, a política pública se expressa no aperfeiçoamento do produto turístico e na indução de práticas que associam pesca esportiva, sustentabilidade e responsabilidade social. O circuito promove o modelo do pesque-e-solte, fortalecendo a lógica da Lei da Cota Zero e incentivando o uso do aplicativo PESQUEJÁ para denúncias de crimes ambientais.

Além disso, desenvolve palestras de educação ambiental em escolas públicas, ações de coleta de resíduos durante as etapas e aproximação com pesquisas científicas sobre biodiversidade aquática, em parceria com instituições como o Instituto Inovar e a Organização Não-Governamental TWRA/Araguaia Vivo. Essa qualificação também alcança a dimensão social da atividade, por meio da valorização dos guias locais, da doação de inscrições para representantes da comunidade, de ações educativas e da inclusão de mulheres na pesca competitiva, com a previsão das etapas Rainhas do Araguaia.

A terceira frente é a promoção turística, elemento central de qualquer política de fomento. Nesse aspecto, o Circuito Gigantes do Araguaia atua como ferramenta de marketing

territorial, projetando o Vale do Araguaia como destino de excelência para a pesca esportiva. Os documentos destacam parcerias com canais e programas especializados, como a Fish TV, além de influenciadores digitais e mídias segmentadas, o que amplia a divulgação de Goiás em escala nacional. Essa estratégia promocional fortalece a imagem do território, aumenta sua competitividade no mercado turístico e amplia o retorno dos investimentos públicos e privados realizados na região.

Outro aspecto importante é que a política não se limita à promoção externa do destino, mas busca também consolidar uma imagem de turismo responsável e sustentável. As ações de educação ambiental, combate à pesca predatória, inclusão comunitária e doação de alimentos ajudam a construir uma narrativa pública em que a pesca esportiva aparece associada não apenas ao lazer e à competição, mas também à conservação ambiental e à responsabilidade social. Entre 2022 e 2025, por exemplo, foram doadas 3,96 toneladas de alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade nos municípios-sede das etapas, demonstrando que o evento também opera como mecanismo de mobilização social no território. (GOIÁS, 2026)

Infere-se ainda que a implantação das políticas públicas de fomento ao turismo da Pesca Esportiva no Vale do Araguaia goiano por meio do apoio à realização do Circuito Gigantes do Araguaia faz uma leitura ampla do contexto territorial e realiza a adoção de uma estratégia explicitamente estruturada em torno dos critérios ESG (*Environmental, Social and Governance*), que posiciona o evento na fronteira entre o turismo esportivo convencional e o turismo de responsabilidade socioambiental. Um posicionamento analiticamente relevante e empiricamente incomum no cenário brasileiro da pesca esportiva, que pode ser visualizado no Apêndice E.

Compreender o alcance real dessa estratégia exige, entretanto, ir além de sua dimensão declaratória: as três dimensões da Matriz ESG, ambiental, social e de governança apresentam, no contexto do circuito, graus distintos de maturidade, profundidade e potencial transformador, que revelam tanto avanços concretos quanto lacunas estruturais que condicionam a capacidade do evento de se constituir, de fato, em instrumento de desenvolvimento regional sustentável. É nessa tensão entre potencial e realização que reside o principal interesse analítico da estratégia ESG do Circuito para os fins deste trabalho, que pretende apenas apontar ações sob uma perspectiva de sustentabilidade (ECCLES; IOANNOU; SERAFEIM, 2014; GRI, 2021).

O Circuito Gigantes do Araguaia representa uma das expressões mais concretas da política pública de fomento ao turismo de pesca esportiva no Vale do Araguaia, operando como instrumento de implementação não formalizado da Lei da Cota Zero (Lei nº

17.985/2013) e como plataforma de articulação entre os atores da cadeia produtiva regional. Nesse contexto, a adoção de uma estratégia estruturada em torno dos critérios ESG pelo circuito não é um fenômeno isolado da esfera privada: é, antes, a expressão da convergência entre interesses econômicos do setor e os objetivos das políticas públicas de sustentabilidade, conferindo ao evento uma função híbrida, simultaneamente produto turístico competitivo e vetor de governança territorial (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000).

Na dimensão ambiental, o circuito amplifica o alcance regulatório da Lei da Cota Zero ao transformar a norma do pesque-e-solte em elemento identitário do produto turístico, mobilizando os próprios competidores como agentes de conservação dos estoques pesqueiros e de gestão ambiental do território fluvial - mecanismo consistente com o princípio Ostromiano do monitoramento pelos usuários diretos do recurso (OSTROM, 1990). E vale ressaltar o alcance estratégico da parceria com a Organização Não Governamental TWRA/Araguaia Vivo para apresentação de resultados de pesquisas sobre biodiversidade aquática aos participantes: ao reduzir a assimetria de informação entre pescadores e gestores sobre o estado real dos estoques, o circuito cria as condições cognitivas para decisões de uso mais sustentáveis - condição que a literatura sobre gestão de sistemas socioecológicos identifica como indispensável para o sucesso de arranjos de governança colaborativa

Na dimensão social, iniciativas de valorização dos guias locais e de inclusão feminina na pesca esportiva competitiva contribuem para reduzir assimetrias de poder na cadeia produtiva e ampliar o alcance distributivo dos benefícios gerados pelo turismo de pesca, embora as ações assistencialistas predominantes ainda não se convertam em participação estrutural das comunidades ribeirinhas nas decisões sobre o desenvolvimento territorial (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009).

Na dimensão de governança, a articulação público-privada-acadêmica do circuito materializa parcialmente o modelo Triple Helix (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000), pois revela tanto as possibilidades quanto às tensões inerentes à tentativa de articular, em torno de um evento turístico, os interesses e os recursos dos três vértices da tríade: governo, setor privado e sociedade civil/academia. A ausência de mecanismos formalizados de participação comunitária posiciona o evento, à luz da Escada de Arnstein (1969), nos degraus intermediários de informação e consulta, aquém da parceria e do controle cidadão que as políticas de desenvolvimento territorial sustentável e inclusivo requerem.

Assim, a análise integrada das três dimensões evidencia que o potencial do Circuito Gigantes do Araguaia como instrumento de política pública depende do aprofundamento simultâneo de sua estratégia ESG: da formalização de sistemas de monitoramento ambiental

independentes; da criação de instâncias deliberativas que incorporem pescadores artesanais e comunidades ribeirinhas como protagonistas; e da articulação do evento com as Instâncias de Governança Regional (IGR) do Programa de Regionalização do Turismo, que constituem o locus institucional adequado para que os resultados do circuito se traduzam em políticas públicas de base territorial, e não apenas em impactos setoriais de alcance limitado (ANSELL; GASH, 2008; FOLKE et al., 2005).

Desse modo, o Gigantes do Araguaia pode ser compreendido como uma política pública de fomento que se concretiza de forma integrada: como evento, ao atrair fluxos, mobilizar atores e gerar impactos econômicos; como qualificação, ao estruturar práticas, serviços e valores associados à sustentabilidade da atividade; e como promoção, ao divulgar o Vale do Araguaia e fortalecer sua imagem como destino turístico especializado. Por isso, sua relevância no âmbito deste estudo reside justamente no fato de reunir, em uma mesma iniciativa, ações que incidem simultaneamente sobre o mercado turístico, a organização territorial e a construção de um modelo de desenvolvimento regional sustentável.

Assim, este trabalho parte do entendimento de que as potencialidades da pesca esportiva no Vale do Araguaia para o desenvolvimento regional sustentável emergem quando ações de fomento (qualificação, promoção e eventos) se articulam à regulação ambiental e a mecanismos de gestão e participação social capazes de reduzir conflitos e conservar o principal ativo territorial: o Rio Araguaia (SACHS, 2004; BRAMWELL; LANE, 2000; UNWTO, 2004).

A seção 4.2 apresenta os resultados e análises da pesquisa, focalizando impactos, contribuições e limitações do fomento ao turismo por meio da pesca esportiva no território.

#### **4.3 Resultados e Análises**

Considerando os objetivos específicos deste estudo, a análise dos resultados foi organizada em dois eixos complementares. O primeiro aborda os impactos pós-implementação das ações de qualificação, promoção turística e realização de eventos, com foco nos efeitos percebidos pelos respondentes sobre a atividade de pesca esportiva no Vale do Araguaia (GO). O segundo trata das contribuições e limitações da pesca esportiva para o desenvolvimento regional sustentável, buscando identificar os principais avanços, desafios e condições necessárias para a consolidação dessa atividade na região.

A pesquisa apresenta uma composição plural, reunindo diferentes atores do ecossistema da pesca esportiva no Vale do Araguaia e contou com 110 respondentes, entre os quais se destacam pescadores/turistas, comerciantes da região, pescadores profissionais, guias

de pesca, gestores públicos e outros atores relacionados, direta ou indiretamente, à atividade. Essa diversidade é metodologicamente relevante, pois confere legitimidade e multidimensionalidade às percepções analisadas, uma vez que os dados não refletem a visão unilateral de um único grupo de interesse, mas o olhar cruzado de sujeitos com diferentes inserções na dinâmica regional.

A dinâmica da pesca no Rio Araguaia é composta por diferentes atores que, embora compartilhem o mesmo espaço geográfico, possuem motivações, práticas e impactos distintos. A compreensão dessas categorias é fundamental para a gestão de conflitos e a aplicação de políticas públicas.

O pescador turista é aquele que se desloca de sua residência habitual para a região do Araguaia com fins predominantemente recreativos e de lazer, buscando entretenimento, contato com a natureza e o desafio da captura de espécies icônicas, como a Pirarara e a Piraíba. Geralmente, possui maior poder aquisitivo e escolaridade, vindo de grandes centros urbanos de Goiás e de outros estados; e consiste no grande financiador da cadeia turística, injetando recursos em hotéis, pousadas, restaurantes e na contratação de guias.

O pescador profissional é aquele que tem na pesca sua principal fonte de renda e meio de vida, sendo devidamente registrado como guia de pesca, ou em colônias de pescadores. Utiliza técnicas tradicionais e apetrechos permitidos por lei. No Araguaia goiano, sua atividade sofreu grandes transformações com a Lei da Cota Zero, que proibiu o transporte de peixes nativos, limitando sua venda ao consumo local.

Já o pescador ribeirinho constitui o morador das margens do rio, cuja identidade e sobrevivência estão intrinsecamente ligadas ao ecossistema fluvial; e muitas vezes, as categorias de "profissional" e "ribeirinho" se sobrepõem. Pratica a pesca de subsistência (segurança alimentar) com a manutenção de tradições culturais e possui um conhecimento empírico profundo sobre os ciclos do rio, os hábitos dos peixes e os locais de pesca; possuem uma identidade com o rio, que não é apenas um recurso econômico, mas um território simbólico e de pertencimento.

Assim, enquanto o turista busca a experiência, o profissional busca a renda e o ribeirinho busca a vida. A sustentabilidade do Vale do Araguaia depende de políticas que reconheçam essas diferenças, garantindo que o desenvolvimento do turismo de pesca não marginalize as populações tradicionais, mas as integre como protagonistas e beneficiárias diretas da conservação ambiental.

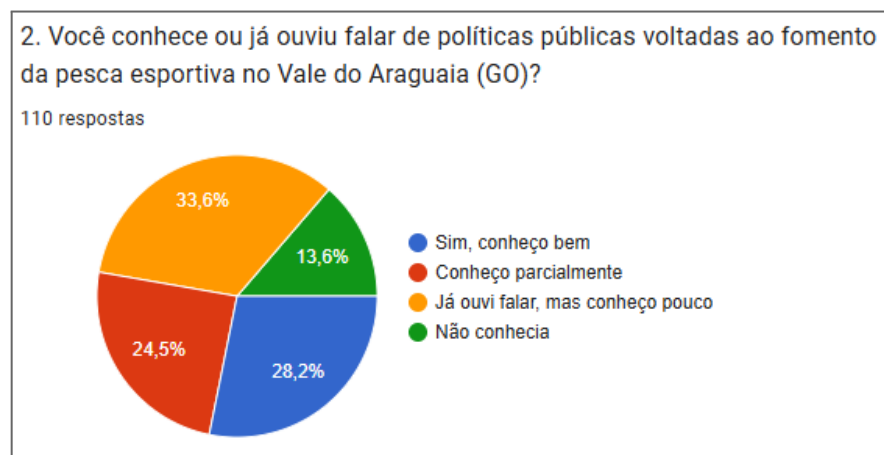
**Figura 1:** Gráfico referente às respostas da primeira pergunta da pesquisa



Fonte: Google Forms (2026).

Em relação ao conhecimento sobre políticas públicas voltadas ao setor (Figura 2), observou-se que a maior parte dos respondentes já ouviu falar ou possui algum nível de familiaridade com essas iniciativas.

**Figura 2:** Gráfico referente às respostas da segunda pergunta da pesquisa



Fonte: Google Forms (2026).

Entretanto, quando questionados sobre a articulação dessas ações como uma política pública estruturada (Figura 3), as respostas concentraram-se entre “sim” e “parcialmente”, indicando que, embora as ações sejam reconhecidas, sua institucionalização ainda não é percebida de forma plenamente consolidada.

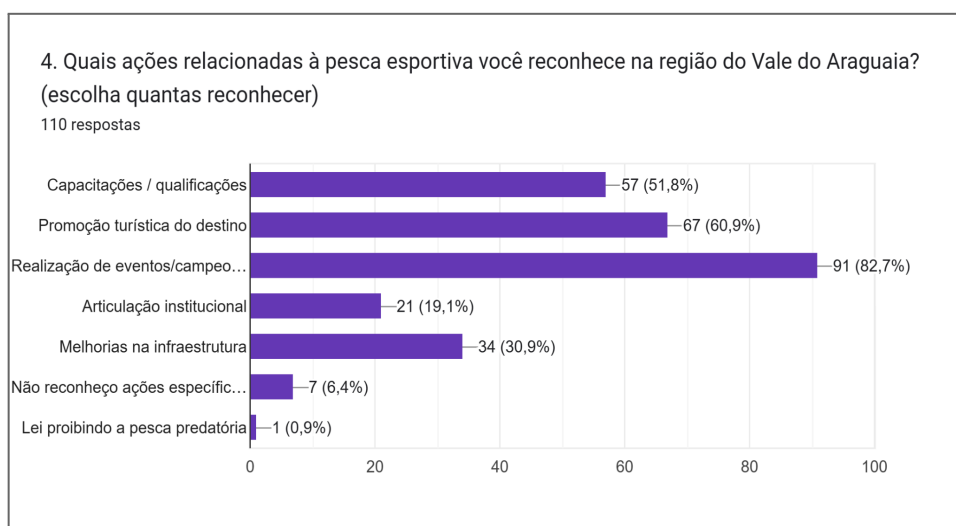
**Figura 3:** Gráfico referente às respostas da terceira pergunta da pesquisa



Fonte: Google Forms (2026).

No que se refere às ações reconhecidas na região, destacaram-se principalmente a realização de eventos/campeonatos, a promoção turística do destino e as capacitações/qualificações, enquanto a articulação institucional apareceu com menor visibilidade. Esse achado sugere que as ações mais tangíveis e diretamente percebidas pelos atores locais tendem a ser mais lembradas do que os mecanismos de coordenação e governança. Isto pode estar relacionado ao fato de que a política de Cota Zero forçou uma aproximação entre as categorias de pescadores, pois ao inviabilizar o transporte comercial do peixe, empurrou o pescador profissional para a prestação de serviços ao turismo, transformando o "peixe morto" em "peixe vivo" (ativo turístico).

**Figura 4:** Gráfico referente às respostas da quarta pergunta da pesquisa



Fonte: Google Forms (2026).

Os resultados das perguntas fechadas evidenciaram percepção majoritariamente positiva sobre os efeitos das ações relacionadas à pesca esportiva, especialmente no que se refere ao aumento do fluxo turístico por meio dos eventos, ao fortalecimento da atividade como segmento turístico, à contribuição para a economia local e à valorização das

comunidades e do território. Tais achados dialogam diretamente com os objetivos da política pública de fomento ao turismo de pesca esportiva por meio do Circuito Gigantes do Araguaia, que busca fortalecer a atividade como produto turístico e vetor de dinamização regional. Sob a ótica do desenvolvimento regional, esse resultado sugere que a política pública analisada tem contribuído sobremaneira para ativar vocações territoriais e ampliar a capacidade do turismo de gerar efeitos econômicos e simbólicos sobre a região, o que converge com a compreensão de que o desenvolvimento regional depende da mobilização de potencialidades locais e de sua organização em estratégias territorializadas (BRANDÃO, 2007).

A análise ainda permite interpretar que a defasagem entre a realização de ações e sua percepção como política pública estruturada revela um déficit de comunicação institucional e de transparência. Isso não significa ausência de ações, mas sim que sua articulação narrativa como estratégia territorial integrada ainda é frágil. A visibilidade dos eventos é alta, mas o enquadramento estratégico das ações permanece opaco para significativa parcela dos atores. Pode-se deduzir que as ações de políticas públicas não são percebidas pelos principais agentes do meio, guias de pesca, pescadores/turistas e comerciantes locais.

#### **4.3.1 Impactos pós-implementação das ações de qualificação, promoção e eventos**

Para analisar os impactos pós-implementação das ações de qualificação, promoção turística e realização de eventos, foram consideradas as respostas às questões fechadas estruturadas em escala *Likert* de cinco pontos. A leitura dos resultados foi organizada a partir das médias obtidas em cada afirmativa e do percentual de concordância correspondente às respostas 4 e 5, o que permite identificar, de forma sintética, o grau de reconhecimento dos efeitos percebidos pelos respondentes. O Quadro 1 apresenta a síntese das médias e do percentual de concordância das afirmativas relacionadas aos impactos das ações implementadas.

**Quadro 1:** Médias e percentual de concordância das questões afirmativas da pesquisa

| <b>Pergunta</b>                                                          | <b>Média</b> | <b>Concordância</b> |
|--------------------------------------------------------------------------|--------------|---------------------|
| 5. Qualificação contribuiu para melhoria da atuação profissional         | 3,94         | 67,3%               |
| 6. Promoção turística ampliou a visibilidade do destino                  | 4,37         | 85,5%               |
| 7. Eventos contribuíram para aumento do fluxo turístico                  | 4,53         | 89,1%               |
| 8. Percebe-se fortalecimento da pesca esportiva como atividade turística | 4,47         | 86,4%               |

|                                                                                   |      |       |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------|-------|
| 9. A pesca esportiva contribui para o desenvolvimento econômico local sustentável | 4,55 | 90,9% |
| 10. As ações valorizam as comunidades locais e o território                       | 4,58 | 90,0% |
| 11. A pesca esportiva se apresenta como alternativa ao turismo predatório         | 3,79 | 67,3% |

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

As afirmações em escala revelaram elevada concordância quanto aos impactos positivos da pesca esportiva sobre a dinâmica regional. Os maiores índices referem-se à valorização das comunidades locais e do território, à contribuição para o desenvolvimento econômico local de forma sustentável, ao aumento do fluxo turístico decorrente dos eventos e ao fortalecimento da pesca esportiva como atividade turística. Tais resultados indicam que os respondentes reconhecem na pesca esportiva um importante potencial de dinamização econômica, turística e territorial.

Infere-se que eventos e campeonatos funcionam como âncoras de atração turística, mobilizando pescadores e turistas de diversas regiões, aquecendo o comércio local e gerando visibilidade espontânea por meio da cobertura midiática especializada. Sua eficácia na geração de fluxo turístico é amplamente reconhecida pelos respondentes, independentemente do segmento ao qual pertencem, o que sugere que os eventos são percebidos como mecanismos de impacto transversal na cadeia econômica local.

Por outro lado, os menores níveis de concordância apareceram nas afirmações relativas à contribuição das ações de qualificação e à percepção da pesca esportiva como alternativa ao turismo predatório. Esses resultados sugerem que, embora a atividade seja amplamente valorizada, ainda persistem desafios relacionados à profissionalização da cadeia local, à consolidação de práticas sustentáveis e à própria percepção social sobre os limites e possibilidades da atividade na região.

Em síntese, os dados quantitativos indicam que a pesca esportiva é percebida como vetor promissor para o desenvolvimento regional sustentável no Vale do Araguaia, especialmente quando associada à promoção do destino, à realização de eventos e à valorização territorial. Contudo, a consolidação dessa estratégia depende do fortalecimento da governança, da continuidade das políticas públicas e da ampliação das ações de qualificação e sustentabilidade.

#### 4.3.2 Contribuições e limitações da pesca esportiva para o desenvolvimento regional sustentável no Vale do Araguaia

Com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre os sentidos atribuídos pelos respondentes à pesca esportiva no Vale do Araguaia, foram analisadas as respostas às questões abertas 12 e 13 por meio de agrupamentos temáticos. A questão 12 permitiu identificar as principais limitações ao fortalecimento da pesca esportiva como estratégia de desenvolvimento regional sustentável, enquanto a questão 13 evidenciou as contribuições consideradas mais relevantes para o futuro do território.

Na análise das respostas da pergunta 12 (Quadro 2), observou-se que as principais limitações ao fortalecimento da pesca esportiva no Vale do Araguaia concentram-se, sobretudo, em aspectos institucionais, estruturais e ambientais. O agrupamento mais recorrente refere-se à governança, ao apoio público e à continuidade das ações, revelando a percepção de que a atividade ainda depende de maior articulação entre entes públicos e privados, estabilidade das políticas e incentivo governamental; que perfazem a dimensão de governança dos critérios da estratégia ESG preconizados pelo Circuito Gigantes do Araguaia.

Em seguida, destacam-se as limitações relacionadas à infraestrutura turística e aos serviços de apoio, bem como às fragilidades ambientais e de fiscalização. Também foram recorrentes menções à baixa promoção do destino e à insuficiência de ações de qualificação profissional. Em conjunto, as respostas indicam que o fortalecimento da pesca esportiva como estratégia de desenvolvimento regional sustentável exige uma abordagem integrada, que combine estrutura territorial, gestão pública, conservação ambiental, promoção turística e formação de atores locais.

**Quadro 2:** Agrupamentos temáticos das limitações ao fortalecimento da pesca esportiva (Questão 12)

| <b>Agrupamento</b>                        | <b>Menções</b> | <b>% sobre 85 respostas*</b> |
|-------------------------------------------|----------------|------------------------------|
| Governança, apoio público e continuidade  | 33             | 38,8%                        |
| Infraestrutura e serviços turísticos      | 20             | 23,5%                        |
| Sustentabilidade ambiental e fiscalização | 17             | 20,0%                        |
| Promoção e divulgação do destino          | 16             | 18,8%                        |
| Qualificação e profissionalização         | 16             | 18,8%                        |
| Conscientização e mudança cultural        | 13             | 15,3%                        |
| Custos, crédito e acesso econômico        | 8              | 9,4%                         |

|                                     |   |      |
|-------------------------------------|---|------|
| Sazonalidade, piracema e calendário | 7 | 8,2% |
| Eventos e dinamização               | 5 | 5,9% |
| Outros / sem limitação clara        | 3 | 3,5% |

\* Como uma resposta pode entrar em mais de um agrupamento, os percentuais não somam 100%.  
Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

As respostas à pergunta 13 (Quadro 3) evidenciam que a principal contribuição atribuída à pesca esportiva para o futuro do Vale do Araguaia está relacionada à preservação ambiental e à valorização dos peixes e dos rios como patrimônio natural do território. Esse resultado demonstra que os participantes não percebem a atividade apenas sob a ótica econômica, mas também como mecanismo de conservação, sobretudo pela lógica do “pesque e solte” e pela redução da pesca predatória, evidenciando a dimensão ambiental da estratégia ESG amplificada pelo Circuito. Em paralelo, destacam-se as contribuições associadas à geração de emprego e renda, ao fortalecimento do turismo e à dinamização da economia local, como indícios da dimensão social (ESG) indicando que a pesca esportiva é compreendida como vetor de desenvolvimento regional. Outros aspectos relevantes dizem respeito à promoção do destino, à fiscalização, à infraestrutura e à conscientização ambiental, sinalizando que o futuro sustentável da atividade depende de ações articuladas entre conservação, qualificação, apoio institucional e fortalecimento da cadeia turística local.

**Quadro 3:** Agrupamentos temáticos das contribuições da pesca esportiva para o futuro do Vale do Araguaia (Questão 13)

| <b>Agrupamento</b>                                          | <b>Menções</b> | <b>% sobre 87 respostas*</b> |
|-------------------------------------------------------------|----------------|------------------------------|
| Preservação ambiental e dos peixes                          | 40             | 46,0%                        |
| Geração de emprego, renda e desenvolvimento econômico       | 24             | 27,6%                        |
| Promoção e visibilidade do destino                          | 15             | 17,2%                        |
| Fiscalização e combate à pesca predatória                   | 12             | 13,8%                        |
| Infraestrutura, hotelaria e receptividade                   | 11             | 12,6%                        |
| Conscientização e educação ambiental                        | 11             | 12,6%                        |
| Qualificação, profissionalização e serviços                 | 9              | 10,3%                        |
| Governança, investimento público e apoio institucional      | 8              | 9,2%                         |
| Diversificação turística, eventos e redução da sazonalidade | 7              | 8,0%                         |

|                    |   |      |
|--------------------|---|------|
| Outros / genéricos | 2 | 2,3% |
|--------------------|---|------|

\* Como uma resposta pode entrar em mais de um agrupamento, os percentuais não somam 100%.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A análise comparativa das perguntas abertas permitiu identificar que os respondentes reconhecem, de um lado, limitações expressivas à consolidação da pesca esportiva no Vale do Araguaia e, de outro, contribuições relevantes dessa atividade para o futuro da região. Na questão referente às limitações, sobressaem fatores ligados à governança pública, à infraestrutura turística, à baixa promoção do destino, à insuficiência de qualificação e às fragilidades ambientais. Já na questão voltada às contribuições, destacam-se a preservação ambiental, a valorização dos recursos pesqueiros, a geração de emprego e renda e o fortalecimento da atividade turística.

A convergência entre grupos distintos em torno de uma percepção tão positiva indica que a pesca esportiva é compreendida como geradora de renda, emprego e movimentação econômica de forma amplamente reconhecida na região. As respostas qualitativas aprofundam essa percepção: há menções ao papel da atividade na geração de empregos diretos (guias, pousadas, restaurantes, transportes) e indiretos (comércio, artesanato, abastecimento), bem como ao ciclo virtuoso criado quando o peixe, mantido vivo e solto, continua atraindo mais turistas ao longo do tempo. Um racional dos critérios de sustentabilidade (ESG) que sintetiza de forma elucidativa: a noção de que um peixe vivo vale mais do que um peixe morto representa uma mudança de paradigma cultural que a pesca esportiva vem consolidando no território.

Tais resultados indicam que a pesca esportiva é amplamente percebida como uma alternativa promissora para o desenvolvimento regional sustentável, embora sua efetividade dependa da superação de entraves institucionais, estruturais e ambientais ainda presentes na região.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste estudo permitiu compreender que a política pública de fomento ao turismo, materializada de forma expressiva no apoio ao Circuito Gigantes do Araguaia, tem contribuído para ativar vocações já existentes na região e para posicionar a pesca esportiva como estratégia de desenvolvimento. Tal constatação é reforçada tanto pelos dados quantitativos, que apontam altos níveis de concordância em relação aos efeitos positivos das ações, quanto pelas respostas qualitativas, nas quais os participantes associam a atividade à preservação ambiental, à geração de emprego e renda, à promoção do destino e à

dinamização da economia local. Nesse sentido, o turismo de pesca esportiva aparece não apenas como oportunidade mercadológica, mas como estratégia de critérios sustentáveis (ESG) com possibilidade concreta de articulação entre conservação, uso responsável dos recursos naturais e desenvolvimento territorial.

Entretanto, uma leitura crítica dos achados demonstra que esse potencial ainda se encontra em processo de consolidação. O próprio estudo revela que a institucionalização dessas ações ainda não é percebida de forma plenamente consolidada pelos respondentes, o que sugere fragilidades na articulação entre iniciativas, na comunicação pública da política e na sua continuidade para além de ações pontuais ou de eventos específicos. Da mesma forma, a baixa visibilidade da articulação institucional, associada às menções recorrentes à deficiência de governança, apoio público, infraestrutura, fiscalização e qualificação, indica que o desenvolvimento regional sustentável não se realiza automaticamente pela simples existência de fluxo turístico ou movimentação econômica.

Esse é o principal ponto crítico revelado pela pesquisa: a pesca esportiva pode gerar dinamismo econômico e fortalecer a imagem do Vale do Araguaia como destino turístico, mas seus benefícios tendem a ser limitados, desiguais ou temporários quando não acompanhados por estruturas permanentes de governança, planejamento e monitoramento socioambiental. Em outras palavras, o desenvolvimento regional sustentável exige mais do que promoção e eventos bem-sucedidos; requer capacidade institucional para coordenar atores, pactuar prioridades, ampliar a qualificação local, melhorar infraestrutura, enfrentar conflitos de uso do território e proteger, de forma efetiva, o principal ativo regional que sustenta toda a atividade: o Rio Araguaia.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre pesca esportiva e sustentabilidade. Embora os respondentes reconheçam fortemente a contribuição da atividade para a preservação ambiental e para a valorização dos peixes e dos rios, também emergem limites importantes quanto à percepção da pesca esportiva como alternativa efetiva ao turismo predatório. Isso demonstra que o vínculo entre turismo e conservação, ainda que potente, não é automático. Ele depende de regulação, fiscalização, educação ambiental, mudança cultural e compromisso continuado dos setores públicos e privados com práticas responsáveis. Assim, a sustentabilidade não deve ser tratada como atributo presumido da pesca esportiva, mas como horizonte político e operacional a ser permanentemente construído. Fato que se evidencia com a aplicabilidade dos critérios da estratégia de sustentabilidade ESG.

A pesquisa evidencia que a pesca esportiva no Vale do Araguaia já é uma realidade consolidada na percepção dos atores regionais, com impactos econômicos, sociais e

ambientais reconhecidos. O desafio não é mais demonstrar sua potencialidade, mas sim construir as condições institucionais, infraestruturais, regulatórias e culturais que permitam sua expansão sustentável. Os 110 respondentes, ao oferecerem um diagnóstico simultaneamente otimista e crítico, sinalizaram que o território tem consciência de seu potencial e disposição para enfrentar seus desafios. Cabe às políticas públicas e aos agentes privados transformar essa consciência coletiva em ação estratégica coordenada.

Dessa forma, conclui-se que a pesca esportiva possui, sim, potencialidades concretas para contribuir com o desenvolvimento regional sustentável no Vale do Araguaia (GO), sobretudo quando articulada a políticas públicas de fomento, valorização territorial e conservação ambiental. Contudo, esse potencial somente poderá se traduzir em transformação duradoura se houver continuidade das ações, fortalecimento da governança turística e ambiental, maior integração entre promoção, qualificação e infraestrutura, e criação de mecanismos de avaliação e monitoramento capazes de orientar decisões futuras. O desafio, portanto, não é apenas expandir a atividade, mas consolidar um modelo de turismo que distribua benefícios, reduza fragilidades históricas e reconheça que a proteção do rio e da vida que ele sustenta é condição indispensável para qualquer projeto legítimo de desenvolvimento no território.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, R. S.; FERREIRA, M. E. **Dinâmicas territoriais e o avanço da fronteira agrícola no Vale do Araguaia goiano**. Goiânia: Editora UFG, 2021.
- ARLINGHAUS, Robert et al. **Understanding and managing freshwater recreational fisheries as complex adaptive social-ecological systems**. *Reviews in Fisheries Science & Aquaculture*, v. 24, n. 1, p. 1–41, 2016.
- ARNSTEIN, S. R. ***A ladder of citizen participation***. *Journal of the American Institute of Planners*, v. 35, n. 4, p. 216–224, 1969.
- ANSELL, C.; GASH, A. ***Collaborative governance in theory and practice***. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 18, n. 4, p. 543–571, 2008.
- AMERICAN ASSOCIATION, FishTV. **Pesca esportiva nos EUA: esporte é paixão nacional com mais praticantes do que tênis e golfe somados**. Disponível em <<https://www.fishtv.com/noticias/geral/pesca-esportiva-nos-eua-esporte-e-paixao-nacional-com-mais-praticantes-do-que-tenis-e-golfe-somados>> acesso em: 02/03/2026
- BARBOSA, J. A. et al. **Aspectos biológicos e pesqueiros de espécies migratórias do rio Araguaia: implicações para a pesca esportiva**. *Biota Neotropica*, v. 19, n. 4, e20190678, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1676-0611-BN-2019-0678>. Acesso em: 17 jan. 2026.

BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BEAUMONT, Narelle; DREDGE, Dianne. *Local tourism governance: a comparison of three network approaches*. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 18, n. 1, p. 7-28, 2010.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 14. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2019.

BOISIER, Sergio. **Desenvolvimento local: da retórica à prática**. Planejamento e Políticas Públicas, n. 23, p. 7-38, 2001.

BORDALO, C. A. L. **Os conflitos socioambientais pelo uso da água no Brasil na perspectiva da Geografia**. *Ambientes: Revista de Geografia e Meio Ambiente*, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2017.

BRAMWELL, B.; LANE, B. (Eds.). *Tourism collaboration and partnerships: politics, practice and sustainability*. Clevedon: Channel View Publications, 2000.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 jun. 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado**. Brasília: MTur, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cartilha de Orientações Básicas: Pesca Esportiva**. Brasília: MTur, 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Boletim de Inteligência de Mercado no Turismo – Turismo de Pesca**. Brasília: MTur, 2025.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Pesca esportiva ganha força com ações do Ministério do Turismo**. Dez/2025 Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/pesca-esportiva-ganha-forca-com-acoes-do-ministerio-do-turismo?> Acesso em: 01/03/2026.

BRASIL, IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC Turismo - Divulgação Mensal - nov-dez-jan**. Disponível em ≤ 2026<https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm?utm>>. Acesso em: 01/03/2026

BRASÍLIA, Cidades Agência de notícia. **Pesca Esportiva Goiás está bom pra peixe!** Disponível em <<https://www.agenciacydades.com.br/reportagens/goias-esta-bom-pra-peixe/760/?utm>>. acesso em: 01/03/2026.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

CARVALHO, L. F. A. et al. **Turismo de natureza no Cerrado: potencialidades e desafios no médio Araguaia goiano**. *Revista Turismo em Análise*, v. 33, n. 1, p. 1–22, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/turismo/article/view/203456>. Acesso em: 18 jan. 2026.

CORNWALL, A. **Unpacking “participation”: models, meanings and practices**. *Community Development Journal*, v. 43, n. 3, p. 269–283, 2008.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Geografia(s) da pesca artesanal brasileira**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DREDGE, D.; JENKINS, J. *Tourism planning and policy*. Milton: John Wiley & Sons, 2007.

ECCLES, R. G.; IOANNOU, I.; SERAFEIM, G. *The impact of corporate sustainability on organizational processes and performance*. *Management Science*, v. 60, n. 11, p. 2835–2857, 2014.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. *The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government relations*. *Research Policy*, v. 29, n. 2, p. 109–123, 2000.

FOLKE, C. et al. *Adaptive governance of social-ecological systems*. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 30, p. 441–473, 2005.

GOIÁS. **Lei nº 17.985, de 12 de novembro de 2013 (Cota Zero)**. Goiânia: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 2013.

GOIÁS. Pesca Companhia. **Pesca esportiva movimentada a economia de Goiás**. Disponível em <<https://pescaecia.com.br/pesca-esportiva-movimentada-economia-de-goias/?utm>> acesso em: 01/03/2026.

GOIÁS, Observatório do Turismo. **Painel de Arrecadação das Atividades Características do Turismo**. Disponível em <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZjA5ZTA0YTItMDY0NS00NGJLTg1OTktZGM2ZjIwYWE4NGJlIiwidCI6ImIxY2E3YTgxLWFiZjgtNDJINS05OGM2LWYyZjJhOTMwYmEzNiJ9&pageName=ReportSection39443267fae413878736>>. acesso em 01/03/2026.

GOIÁS, Agência estadual de Turismo. **Circuito Gigantes do Araguaia**. Disponível em <[https://a6278ecb-0aea-4a6f-bbdf-a23a85694f32.filesusr.com/ugd/e75aee\\_61e662e06830415db93ddc61ebf6342d.pdf](https://a6278ecb-0aea-4a6f-bbdf-a23a85694f32.filesusr.com/ugd/e75aee_61e662e06830415db93ddc61ebf6342d.pdf)> acesso em: 26/02/2026

GOIÁS. Agência Estadual de Turismo (Goiás Turismo). **Abertura oficial da Temporada de Pesca 2026 em Goiás**. Goiânia: Agência Brasil Central / Goiás Turismo, mar. 2026. Disponível em: <https://agencia.go.gov.br>

GOIÁS. SEMAD. **Instrução Normativa nº 02/2020**. Goiânia: SEMAD-GO, 2020.

- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOIÁS. Lei nº 17.985, de 27 de dezembro de 2013. **Dispõe sobre a proibição do transporte de peixes nativos capturados nos rios do Estado de Goiás**. Goiânia: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 2013.
- GOIÁS TURISMO. **Plano Estratégico de Marketing Turístico do Estado de Goiás (2020-2030)**. Goiânia: Agência Estadual de Turismo de Goiás, 2020.
- GOMES, V. O.; ALMEIDA, A. W. B. **A pesca esportiva e seus impactos socioambientais na bacia do rio Tocantins-Araguaia**. Revista Geográfica Acadêmica, v. 15, n. 1, p. 112–130, 2021. Disponível em: <https://www.revistageograficaacademica.com.br/index.php/rgeografica/article/view/1025>. Acesso em: 19 jan. 2026.
- HALL, C. M. *Tourism planning: policies, processes and relationships*. 2. ed. Harlow: Pearson, 2008.
- HOWLETT, M.; RAMESH, M. *Studying public policy: policy cycles and policy subsystems*. 2. ed. Toronto: Oxford, 2003.
- KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MILANI, Carlos R. S. **O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, maio/jun. 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- RHODES, R. A. W. *The new governance: governing without government*. *Political Studies*, v. 44, n. 4, p. 652-667, 1996.
- SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20–45, 2006.

UNWTO. *Indicators of sustainable development for tourism destinations: a guidebook*. Madrid: *World Tourism Organization*, 2004.

### **Ferramentas de Inteligência Artificial**

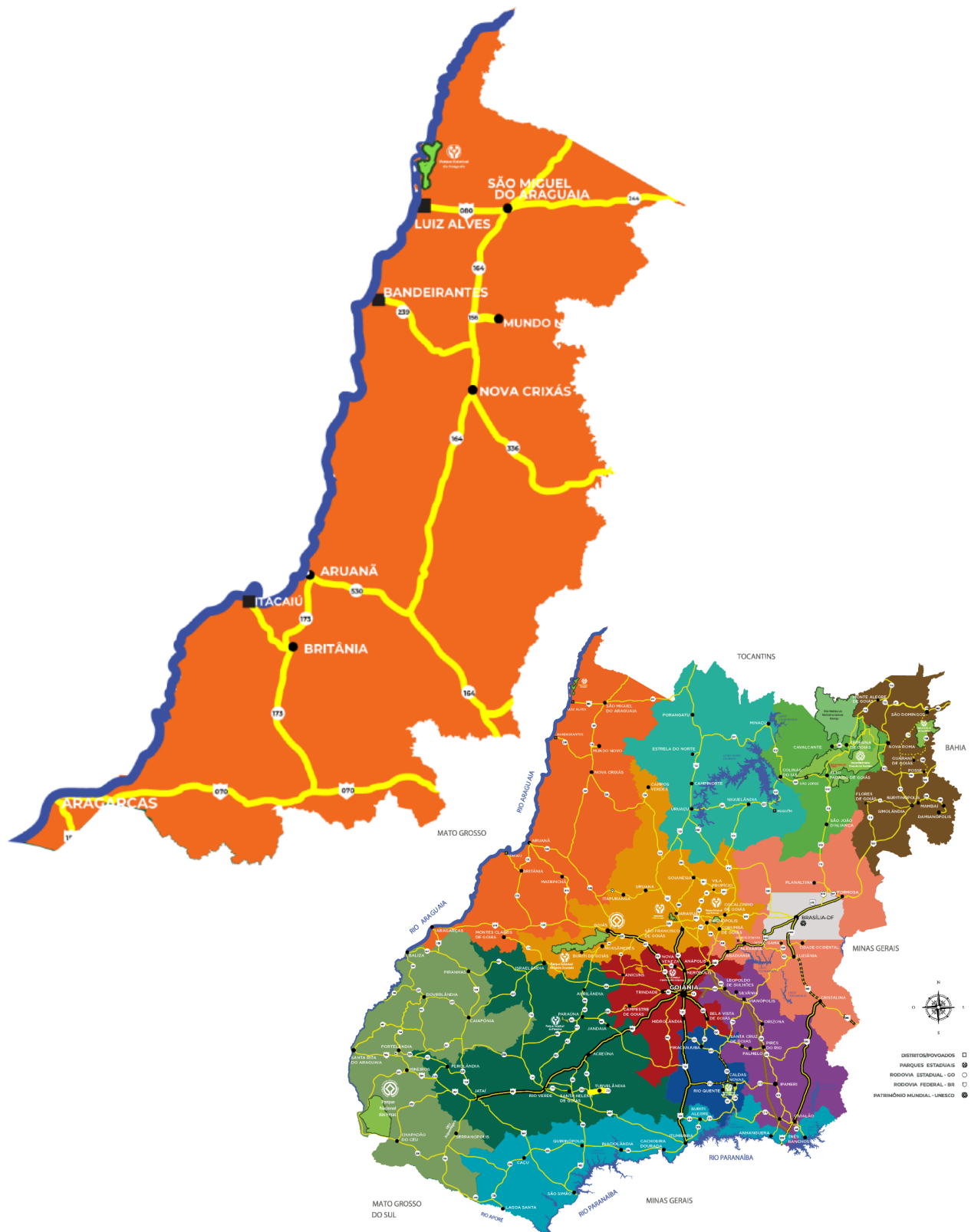
ANTHROPIC. **Claude Sonnet 4.6**. San Francisco: Anthropic, 2026. Disponível em: <https://claude.ai>

MANUS AI. **Manus AI**. Versão 1.6 Lite. 2026. Disponível em: <https://manus.ai>

OPENAI. **ChatGPT**. Versão GPT-5.4. San Francisco: OpenAI, 2026. Disponível em: <https://chat.openai.com>

## APÊNDICE A

### Mapa Turístico de Goiás (Região do Vale do Araguaia)



## APÊNDICE B

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Bloco 1: Conhecimento sobre a Política Pública</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <p><b>1.</b> Como você se relaciona com a pesca esportiva no Vale do Araguaia (GO)? (múltipla escolha)</p> <p><input type="checkbox"/> Pescador profissional/Guia de pesca</p> <p><input type="checkbox"/> Pescador/Turista</p> <p><input type="checkbox"/> Comerciante da região (hospedagem, transporte, alimentação, comércio em geral)</p> <p><input type="checkbox"/> Gestor Público</p> <p><input type="checkbox"/> Outro</p>                                                                              |
| <p><b>2.</b> Você conhece ou já ouviu falar de políticas públicas voltadas ao fomento da pesca esportiva no Vale do Araguaia (GO)? (múltipla escolha)</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, conheço bem</p> <p><input type="checkbox"/> Conheço parcialmente</p> <p><input type="checkbox"/> Já ouvi falar, mas conheço pouco</p> <p><input type="checkbox"/> Não conhecia</p>                                                                                                                                    |
| <p><b>3.</b> Quais ações relacionadas à pesca esportiva você reconhece na região do Vale do Araguaia? (caixas de seleção)</p> <p><input type="checkbox"/> Capacitações / qualificações</p> <p><input type="checkbox"/> Promoção turística do destino</p> <p><input type="checkbox"/> Realização de eventos/campeonatos</p> <p><input type="checkbox"/> Articulação institucional</p> <p><input type="checkbox"/> Melhorias na infraestrutura</p> <p><input type="checkbox"/> Não reconheço ações específicas</p> |
| <p><b>4.</b> Em sua percepção, essas ações estão claramente articuladas como uma política pública estruturada? (múltipla escolha)</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Parcialmente</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>Bloco 2: Percepção de Impactos</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |

|                                                                                                                                                                             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 5. As ações de qualificação contribuíram para a melhoria da atuação profissional ligada à pesca esportiva na região. (em escala de 1 a 5)                                   |
| 6. As ações de promoção turística ampliaram a visibilidade do Vale do Araguaia como destino de pesca esportiva consolidado. (em escala de 1 a 5)                            |
| 7. A realização de eventos relacionados à pesca esportiva contribuiu para o aumento do fluxo turístico na região. (em escala de 1 a 5)                                      |
| 8. Após a implementação dessas ações, percebe-se o fortalecimento da pesca esportiva como atividade turística no Vale do Araguaia. (em escala de 1 a 5)                     |
| <b>Bloco 3: Sustentabilidade, Território e Avaliação Crítica</b>                                                                                                            |
| 9. A pesca esportiva tem contribuído para o desenvolvimento econômico local de forma sustentável. (em escala de 1 a 5)                                                      |
| 10. As ações relacionadas à pesca esportiva valorizam as comunidades locais e o território. (em escala de 1 a 5)                                                            |
| 11. Em sua percepção, a pesca esportiva se apresenta como alternativa ao turismo predatório na região. (em escala de 1 a 5)                                                 |
| 12. Quais são, na sua opinião, as principais limitações para o fortalecimento da pesca esportiva como estratégia de desenvolvimento regional sustentável? (resposta aberta) |
| 13. Quais contribuições da pesca esportiva você considera mais relevantes para o futuro do Vale do Araguaia? (resposta aberta)                                              |

## APÊNDICE C

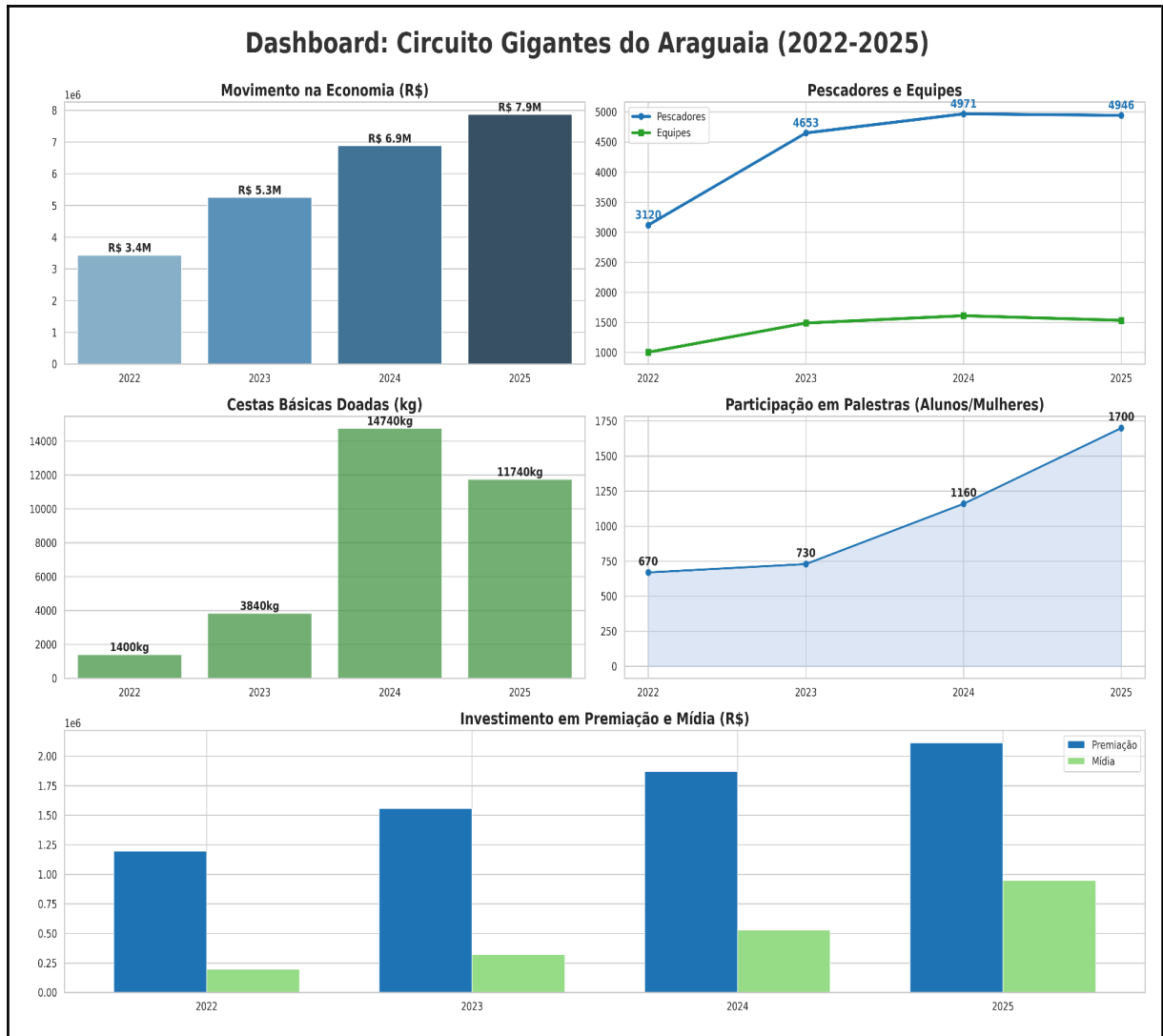
**Quadro 1** - Indicadores de impacto econômico e turístico do Circuito Gigantes do Araguaia e suas implicações para as políticas públicas.

| Indicador                             | Dado / Referência                                                                       | Evidência Empírica                                                                              | Implicação para as Políticas Públicas                                                                                                               |
|---------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Movimentação financeira direta        | R\$ 2,54 milhões (2025)                                                                 | Crescimento de 33% em relação a 2024                                                            | <i>Referência empírica para o cálculo do multiplicador econômico regional; base para estudos de impacto territorial</i>                             |
| Extensão do gasto médio por equipe    | Chegada antecipada (dias antes das etapas) para reconhecimento do rio e treino          | Incremento dos gastos em hospedagem, alimentação, combustível e guias além do período do evento | <i>Evidência do efeito de pré-consumo turístico; aprofunda o encadeamento local da cadeia produtiva</i>                                             |
| Abrangência territorial               | 5 etapas mistas + 2 etapas femininas em 2026; expansão para Itacaiú (2025)              | Distribuição do fluxo turístico por múltiplos municípios ribeirinhos                            | <i>Alinhamento com o princípio de regionalização do turismo (PRT/MTur); redução da concentração dos benefícios em um único destino</i>              |
| Localidades com dependência econômica | Bandeirantes, Luiz Alves, Itacaiú                                                       | Pesca esportiva como principal atividade econômica local                                        | <i>Vulnerabilidade à sazonalidade e à degradação dos estoques; justifica investimento em conservação como política de segurança econômica local</i> |
| Meta de crescimento de participantes  | + 15% ao ano                                                                            | Aumento projetado de receita e impacto econômico regional                                       | <i>Demanda monitoramento ambiental concomitante para prevenir aumento de pressão sobre os estoques pesqueiros</i>                                   |
| Visibilidade midiática                | Fish TV: 7 milhões de espectadores; programas especializados e influenciadores digitais | Alcance nacional como destino de pesca esportiva                                                | <i>Efeito de marketing territorial com retorno de longo prazo; potencial de conversão de audiência em fluxo turístico</i>                           |

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do Circuito Gigantes do Araguaia (2025) e referencial teórico citado.

## APÊNDICE D

**Quadro 2 - Dashboard Executivo - Circuito Gigantes do Araguaia ( 2022-2025).**



*Fonte: Elaboração própria com base em dados do Circuito Gigantes do Araguaia (2022/2025) e referencial teórico citado.*

## APÊNDICE E

**Quadro 3** - Estrutura ESG do Circuito Gigantes do Araguaia: ações, descrições e análise teórica.

| Dim.                         | Ação / Iniciativa                                                      | Descrição                                                                                                                                                   | Análise à luz do Referencial Teórico                                                                                                                                                              |
|------------------------------|------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>E</b><br><b>Ambiental</b> | <b>Educação ambiental nas escolas públicas</b>                         | Palestras sobre preservação dos ecossistemas aquáticos e impactos positivos da pesca esportiva, em parceria com o Instituto Inovar e a TWRA/Araguaia Vivo   | Alinha-se à dimensão de formação de consciência ambiental da definição de turismo de natureza do MTur (2010); potencial de legitimação social da atividade junto à comunidade local               |
| <b>E</b><br><b>Ambiental</b> | <b>Premiação por coleta de resíduos sólidos</b>                        | Categoria especial para a equipe que recolher maior volume de lixo do Rio Araguaia durante as etapas competitivas                                           | Mobilização dos atores privados (competidores) para a gestão ambiental do território; modelo de governança distribuída que reduz o custo estatal de fiscalização (OSTROM, 1990)                   |
| <b>E</b><br><b>Ambiental</b> | <b>Fortalecimento da Lei da Cota Zero e combate à pesca predatória</b> | Promoção ativa do pesque-e-solte como prática competitiva obrigatória; incentivo ao uso do aplicativo PESQUEJÁ para denúncias anônimas de crimes ambientais | Operacionalização privada dos princípios da Lei nº 17.985/2013 (Lei da Cota Zero); o evento funciona como agente de disseminação normativa e de ampliação do alcance da política pública estadual |
| <b>E</b><br><b>Ambiental</b> | <b>Parceria com pesquisa científica (TWRA/ Araguaia Vivo)</b>          | Integração de resultados de pesquisas sobre biodiversidade aquática do Araguaia às atividades do circuito, com apresentação aos competidores                | Aproximação entre comunidade epistêmica científica e setor privado; produção de conhecimento sobre os estoques pesqueiros como bem público territorial (FOLKE et al., 2005)                       |
| <b>S</b><br><b>Social</b>    | <b>Doação de alimentos a famílias vulneráveis</b>                      | 3,96 toneladas de alimentos doadas entre 2022 e 2025 para famílias em situação de insegurança alimentar nos municípios-sede das etapas                      | Expressão de responsabilidade social corporativa (RSC) com efeito redistributivo direto; demanda articulação com políticas municipais de assistência social para potencializar o impacto          |
| <b>S</b><br><b>Social</b>    | <b>Valorização e inclusão dos guias locais</b>                         | Premiações exclusivas para guias de pesca das comunidades ribeirinhas e exposição de seu trabalho nos canais de comunicação do evento                       | Estratégia de inclusão do elo mais vulnerável da cadeia produtiva local; reduz assimetria de poder e visibilidade entre guias locais e operadoras urbanas (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009)     |

|                               |                                                      |                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|-------------------------------|------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>S</b><br><b>Social</b>     | <b>Educação, inclusão e proteção infanto-juvenil</b> | Concursos de redação e desenho ambiental; distribuição de materiais pedagógicos; doação de inscrições à comunidade; distribuição de informativos contra trabalho infantil e exploração sexual                       | Articulação entre turismo, educação e proteção social; alinha-se às metas do ODS 4 (educação de qualidade) e ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) da Agenda 2030 (ONU, 2015)                                                                                                 |
| <b>S</b><br><b>Social</b>     | <b>Inclusão de gênero: Rainhas do Araguaia</b>       | Criação de etapas exclusivamente femininas no circuito, previstas para 2026, ampliando o acesso de mulheres à pesca esportiva competitiva                                                                           | Inédita iniciativa de equidade de gênero no segmento da pesca esportiva no Brasil; alinha-se ao ODS 5 (igualdade de gênero) e à dimensão social da Matriz ESG                                                                                                                         |
| <b>G</b><br><b>Governança</b> | <b>Integração público-privada -acadêmica</b>         | Articulação entre poder público municipal e estadual, setor privado (empresas patrocinadoras, pousadeiros, guias) e instituições de pesquisa (TWRA, Instituto Inovar) na organização e financiamento do circuito    | Materialização do modelo Triple Helix no território do Araguaia; cada vértice contribui com recursos insubstituíveis: o Estado com legitimidade regulatória, as empresas com capital e alcance de mercado, a academia com conhecimento e monitoramento (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000) |
| <b>G</b><br><b>Governança</b> | <b>Divulgação e promoção do destino</b>              | Parcerias com Fish TV (7 milhões de espectadores), programas especializados (Coração de Pescador, Minuto da Pesca, Pesca Profissa) e influenciadores digitais para promoção nacional de Goiás como destino de pesca | O evento atua como instrumento de marketing territorial do destino, função típica das Convention & Visitors Bureaus; amplifica o retorno dos investimentos em infraestrutura e política pública ao aumentar a demanda pelo destino                                                    |
| <b>G</b><br><b>Governança</b> | <b>Metas de crescimento e expansão territorial</b>   | Crescimento planejado de 15% ao ano no número de competidores; expansão para novos distritos (Itacaiú, 2025); 7 etapas previstas para 2026 (5 mistas + 2 femininas)                                                 | Planejamento estratégico com horizonte plurianual e metas quantificáveis; característica de maturidade institucional; demanda avaliação periódica dos impactos socioambientais para que o crescimento não comprometa a sustentabilidade da atividade                                  |

*Fonte: Elaboração própria com base em dados do Circuito Gigantes do Araguaia (2025/2026) e referencial teórico citado.*